

REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ACTUAL

Problemas sociais
contemporâneos

Luís Alves de Fraga



Reflexões sobre o mundo actual

Problemas sociais contemporâneos

Luís Alves de Fraga

Resumo

Nesta proximidade de fim de século e de milénio, quando se desenham cada vez mais fortes as tendências da globalização como resultado do desenvolvimento capitalista neoliberal com cargas de uma subtilidade na exploração do Homem que nunca haviam sido até hoje imaginadas, parece tornar-se necessária uma reflexão sobre o que são e porque existem alguns dos problemas sociais que mais atormentam sectores conscientes da humanidade.

No vazio que se criou após a queda da economia planificada, surgiu a crise económica nos EUA — acelerou-se o desemprego e a inflação — que só podia ter solução na retracção ou explosão da própria economia. O crescimento económico passava pelo aumento do consumo mesmo que para tal tivesse de se incentivar o crédito individual. Foi isso que aconteceu e está na origem da economia globalizante. As «auto-estradas da informação» não só serviram para ampliar os contactos ao nível planetário como, também, para facilitar o comércio a esse mesmo nível. Totalmente liberta da contestação política e ideológica dos partidos comunistas, e mesmo dos partidos socialistas, a concepção capitalista da vida e da ordem social deu largas à criatividade e impôs-se como ideal organizativo. Os anos 90 do século que está próximo do fim trouxeram a ideia de consumo global e transportam no seu seio o germe da crise global. A nave planetária a que chamamos Terra galopa para a destruição em consequência da produção e do consumo para satisfazer necessidades quase todas supérfluas ou, no mínimo, secundárias e, por isso, dispensáveis.

A vida na Terra tornou-se ameaçadora a vários títulos e cada vez mais todos nós, cidadãos conscientes, temos como obrigação tornarmo-nos defensores da transmissão, em condições aceitáveis, da herança que recebemos dos nossos antepassados. Hoje é, quase em exclusivo, essa a luta que vale a pena ser travada. Para que a possamos assumir teremos de perceber alguns dos condicionalismos que a determinam e, acima de tudo, as causas dos nossos receios para que a luta possa ser profícua.

Corria o Verão de 1999, fui convidado a leccionar um pequeno bloco de matérias à pós-graduação em Jornalismo Internacional que ia desenrolar-se, no ano lectivo de 1999/2000, na Universidade Autónoma de Lisboa. Genericamente cabia-me falar de «Segurança e Insegurança» na perspectiva não militar. Foi um desafio, tanto mais que, faz alguns anos, abandonei por outras as minhas preocupações didácticas nesse domínio. Entusiasmado, gizei um programa que foi aprovado e com o qual pretendia, sobretudo, suscitar grandes dúvidas e interrogações nos meus futuros alunos. Não queria dar-lhes respostas nem oferecer-lhes fórmulas de solução para os problemas que lhes iria colocar; queria — isso sim — «sacudi-los» de modo a que tivessem oportunidade de olhar para certos problemas do mundo actual segundo uma outra perspectiva, mesmo que ela não correspondesse à sua forma de pensar, mesmo que lhes fosse possível concordar com os pontos de vista que lhes expusesse, mesmo que repudiassem, do princípio ao fim, toda a minha argumentação, porque, acima de tudo, era meu desejo despertá-los para as calamidades que já vivemos e não damos por elas ou que se avizinham a passos muito largos.

Imbuído do objectivo que me animava fiz uma pesquisa mínima e, acima de tudo, deixei-me levar por uma reflexão quanto ao modo de abordar os temas que havia incluído no programa. Depois desse trabalho de maturação, que passou, também, pela identificação de algumas obras que me poderiam servir de apoio e, em especial, apoiar os meus futuros alunos, lancei-me à execução dos sumários e, para consolidar os aspectos a desenvolver nas aulas, fui escrevendo ideias sobre ideias enquanto procurava na Internet algum material de qualidade para fornecer aos discentes de modo a que tivessem algumas bases onde se apoiassem durante os diálogos que desejava proporcionar nas aulas. Foi desta maneira que nasceu o essencial do presente livro. Concluída a minha participação no curso de pós-graduação, relendo o que havia escrito, surgiu-me a ideia de completar alguns aspectos, arrumar o material segundo uma ordem mais lógica e dar-lhe a forma de livro para pôr nas mãos dos leitores interessados as reflexões que me desassossegaram e que provocaram nos meus alunos algumas inquietações. Acima de tudo, parece-me, uma das ideias mais importantes que se poderá colher é a de que o cidadão de cada Estado é, em cada dia que passa, mais responsável pela sobrevivência da humanidade e do planeta independentemente da acção que os partidos políticos possam desenvolver.

No início do livro recordo alguns conceitos fundamentais para a compreensão do seu conteúdo; depois, faço uma breve análise do começo das ameaças mais graves ao

ambiente; em seguida, abordo desenvolvidamente as ameaças à segurança não militar; tratado este aspecto passo a enumerar os riscos ambientais mais evidentes; por fim, proponho um delineamento de uma estratégia para se fazer frente a toda a situação estudada.

Esta pequena obra quer ser mais um grito para uma tomada de consciência; não pretende ser mais do que isso. Se cumprir o seu objectivo terá valido a pena a reflexão que fiz e a que convido o leitor.

Portela de Sacavém, Janeiro de 2000

Reflexões sobre o mundo actual
Problemas sociais contemporâneos

Luís Alves de Fraga

2000

Prefácio

Instrumentos conceptuais básicos

I. Conceitos

1. Segurança
2. Insegurança

II. Causas da insegurança

1. Intrínsecas aos indivíduos
2. Extrínsecas aos indivíduos

III. A Insegurança na perspectiva do jornalista

IV. Outros conceitos

1. Ameaça
2. Risco
3. Ambiente

V. Tipologia da ameaça

Os primórdios da ameaça ao ambiente

Do passado distante à Revolução Industrial

As ameaças à segurança não militar no mundo actual

I. A violência:

1. A moral e a violência
2. Formas de perceber a violência
3. O convívio com a violência
4. A violência como determinante política, económica e social

II. A delinquência juvenil:

1. Aspectos vulgares da delinquência
2. Fenómeno social consequente

III. O tráfico de droga

1. A droga no «nosso» tempo: «função» social
2. A droga como fonte de rendimentos financeiros
3. As grandes redes de tráfico como fonte de poder internacional

IV. Nacionalismo e religião

1. Os nacionalismos como fonte de instabilidade social
 2. Os fundamentalismos como fonte de conflito social
- V. Explosão demográfica
1. Causas e regiões
 2. Consequências
- VI. Urbanismo como problema social
1. Conceito
 2. As «grandes cidades» do mundo
 3. Condições de vida
 4. Consequências
- VII. A emigração
1. Para a Europa
 2. Quadro de soluções
- VIII. Xenofobia
1. Conceito
 2. As causas económicas
 3. As causas religiosas
 4. As causas políticas
- IX. Racismo
1. Conceito
 2. Os grandes movimentos racistas do século XX
 3. O racismo como causa de insegurança
- X. A energia nuclear
1. As vantagens
 2. Os inconvenientes
- XI. A propagação da SIDA e das doenças venéreas
- XII. A condução automóvel

Os riscos ambientais

- I. O crescimento e o desequilíbrio ecológico
1. Indústrias depredadoras
 2. Outras actividades depredadoras
 3. Mineração depredadora

4. A camada de ozono
5. Desequilíbrio ecológico

II A poluição

1. Do ar
2. Dos solos
3. Das águas e dos mares

III. A desertificação

1. A redução das florestas
2. O aquecimento do planeta
3. A falta de água

Delineamentos de uma estratégia

I. A opinião pública como arma estratégica

1. Como se forma
2. Como se influencia

II. A defesa do equilíbrio ecológico – algumas organizações

1. Os partidos políticos — a ONU
2. As conferências internacionais

III. Esboço de uma estratégia

PREFÁCIO

Nesta proximidade de fim de século e de milénio, quando se desenham cada vez mais fortes as tendências da globalização como resultado do desenvolvimento capitalista neoliberal com cargas de uma subtilidade na exploração do Homem que nunca haviam sido até hoje imaginadas, parece tornar-se necessária uma reflexão sobre o que são e porque existem alguns dos problemas sociais que mais atormentam sectores conscientes da humanidade.

É uma reflexão que tem como pano de fundo um contexto internacional que não se vislumbrava possível há vinte anos e que, por isso, lhe dá características diferentes e, até, mais temíveis. Na verdade, quando a cena internacional se apresentava bipolarizada entre os EUA (Europa incluída, pela integração na OTAN) e a URSS (incluídos os países do chamado bloco comunista) e a ideologia marxista era ainda um elemento a levar em consideração nos países de economia de mercado e, acrescentar, os partidos socialistas, no Ocidente, eram os claros defensores da intervenção do Estado na actividade económica, tendo em vista o desenvolvimento de medidas protectoras dos cidadãos a implementar pelos poderes políticos, quando o cenário era este existiam barreiras que se opunham ao desenvolvimento imparável do capitalismo neoliberal. O receio do conflito armado entre os dois blocos impunha-lhes, na ordem interna, contenções que, no Ocidente, passavam pela tentativa do equilíbrio social com receio da exploração política que os partidos comunistas e socialistas poderiam fazer das grandes crises económicas; no Leste, passavam pela busca de uma distribuição de regalias socioeconómicas que colmatassem a falta das liberdades fundamentais de modo a criar uma espécie de classe média num sistema que não admitia classes. Quando o comunismo ruiu, como resultado da acção conjugada de duas acções — uma exterior e outra interior¹ — os partidos marxistas no Ocidente, porque demasiado dogmáticos e dependentes do modelo leninista-estalinista, perderam o referencial que a concretização soviética lhes havia oferecido durante meio século e desmoronaram-se enquanto pilares da construção de um edifício político e económico que se opusesse à edificação capitalista. Alguns destes partidos não abandonaram a luta política contra o capitalismo e a economia de mercado, mas tiveram de reconhecer que a alternativa tentada na Rússia havia falhado redondamente e, por isso, a sua oposição passou a ser simplesmente acusadora, sem hipóteses de apontar para soluções que fossem

¹ Exteriormente foi a concorrência estratégica no domínio dos armamentos que levou à derrocada, gerando a incapacidade de manter, por um lado, uma economia planificada e, por outro, uma economia de concorrência; interiormente, foi a própria pressão do bem-estar já alcançado por uma elite social que passou a exigir a aceleração do planeamento económico o qual, como consequência das causas externas e do peso da burocracia interna, se tronou incapaz de responder em tempo oportuno.

muito mais além do que as já estafadas pela social-democracia. Isto demonstra, afinal, que a derrocada do bloco de Leste não foi consequência de uma vitória do bloco ocidental, mas, pelo contrário, foi o resultado de uma falência do sistema comunista.

No vazio que se criou após a queda da economia planificada, surgiu a crise económica nos EUA — acelerou-se o desemprego e a inflação — que só podia ter solução na retracção ou explosão da própria economia. O crescimento económico passava pelo aumento do consumo mesmo que para tal tivesse de se incentivar o crédito individual. Foi isso que aconteceu e está na origem da economia globalizante. As «auto-estradas da informação» não só serviram para ampliar os contactos ao nível planetário como, também, para facilitar o comércio a esse mesmo nível. Totalmente liberta da contestação política e ideológica dos partidos comunistas, e mesmo dos partidos socialistas, a concepção capitalista da vida e da ordem social deu largas à criatividade e impôs-se como ideal organizativo. Os anos 90 do século que está próximo do fim trouxeram a ideia de consumo global e transportam no seu seio o germe da crise global. A nave planetária a que chamamos Terra galopa para a destruição em consequência da produção e do consumo para satisfazer necessidades quase todas supérfluas ou, no mínimo, secundárias e, por isso, dispensáveis.

A vida na Terra tornou-se ameaçadora a vários títulos e cada vez mais todos nós, cidadãos conscientes, temos como obrigação tornarmo-nos defensores da transmissão, em condições aceitáveis, da herança que recebemos dos nossos antepassados. Hoje é, quase em exclusivo, essa a luta que vale a pena ser travada. Para que a possamos assumir teremos de perceber alguns dos condicionalismos que a determinam e, acima de tudo, as causas dos nossos receios para que a luta possa ser profícua.

Corria o Verão de 1999, fui convidado a leccionar um pequeno bloco de matérias à pós-graduação em Jornalismo Internacional que ia desenrolar-se, no ano lectivo de 1999/2000, na Universidade Autónoma de Lisboa. Genericamente cabia-me falar de «Segurança e Insegurança» na perspectiva não militar. Foi um desafio, tanto mais que, faz alguns anos, abandonei por outras as minhas preocupações didácticas nesse domínio. Entusiasmado, gizei um programa que foi aprovado e com o qual pretendia, sobretudo, suscitar grandes dúvidas e interrogações nos meus futuros alunos. Não queria dar-lhes respostas nem oferecer-lhes fórmulas de solução para os problemas que lhes iria colocar; queria — isso sim — «sacudi-los» de modo a que tivessem oportunidade de olhar para certos problemas do mundo actual segundo uma outra perspectiva, mesmo que ela não correspondesse à sua forma de pensar, mesmo que não lhes fosse possível concordar com os pontos de vista que lhes expusesse, mesmo que repudiassem, do princípio ao fim, toda a minha argumentação, porque, acima de tudo, era meu desejo despertá-los para as calamidades que já vivemos e não damos por elas ou que se avizinham a passos muito largos.

Imbuído do objectivo que me animava fiz uma pesquisa mínima e, acima de tudo, deixei-me levar por uma reflexão quanto ao modo de abordar os temas que havia incluído no programa. Depois desse trabalho de maturação, que passou, também, pela identificação de algumas obras que me poderiam servir de apoio e, em especial, apoiar os meus futuros alunos, lancei-me à execução dos sumários e, para consolidar os aspectos a desenvolver nas aulas, fui escrevendo ideias sobre ideias enquanto procurava na Internet algum material de qualidade para fornecer aos discentes de modo a que tivessem algumas bases onde se apoiassem durante os diálogos que desejava proporcionar nas aulas. Foi desta maneira que nasceu o essencial do presente livro. Concluída a minha participação no curso de pós-graduação, relendo o que havia escrito, surgiu-me a ideia de completar alguns aspectos, arrumar o material segundo uma ordem mais lógica e dar-lhe a forma de livro para pôr nas mãos dos leitores interessados as reflexões que me desassossegaram e que provocaram nos meus alunos algumas inquietações. Acima de tudo, parece-me, uma das ideias mais importantes que se poderá colher é a de que o cidadão de cada Estado é, em cada dia que passa, mais responsável pela sobrevivência da humanidade e do planeta independentemente da acção que os partidos políticos possam desenvolver.

No início do livro recorro alguns conceitos fundamentais para a compreensão do seu conteúdo; depois, faço uma breve análise do começo das ameaças mais graves ao ambiente; em seguida, abordo desenvolvidamente as ameaças à segurança não militar; tratado este aspecto passo a enumerar os riscos ambientais mais evidentes; por fim, proponho um delineamento de uma estratégia para se fazer frente a toda a situação estudada.

Esta pequena obra quer ser mais um grito para uma tomada de consciência; não pretende ser mais do que isso. Se cumprir o seu objectivo terá valido a pena a reflexão que fiz e a que convidei o leitor.

Portela de Sacavém, Janeiro de 2000

INSTRUMENTOS CONCEPTUAIS BÁSICOS

I. Conceitos

1. Segurança.

Quando se fala em segurança, quase sempre, associa-se este conceito a algo que nos é exterior, tal como se ela nos fosse fornecida, nos fosse doada ou não dependesse de nós. Quantas vezes dizemos frases como «estava em segurança», «oferecia-me segurança», como se cada um de nós não fosse agente da sua própria segurança. Na realidade temos dificuldade em admitir que a segurança depende de nós mesmos, porque começa por aquilo que sentimos em relação a determinada situação, pessoa ou animal. Se olharmos a segurança como um sentimento, torna-se-nos mais fácil perceber que ela começa por estar dentro de nós. Assim, poderemos chegar à compreensão do seu conceito: é a confiança que se tem ou que se consegue gerar; é a tranquilidade de espírito que se obtém da existência de confiança; é a convicção de que não se correm riscos. Pode, também entender-se como sendo a situação que alguém, ou alguma coisa, se não encontra exposto a nenhum perigo, a nenhum risco de agressão física, de acidente, de roubo, de deterioração².

A segurança é sempre mais aparente do que real, mais subjectiva do que objectiva. Com efeito, ninguém está verdadeiramente em segurança, embora se possa sentir segura, porque circunstâncias inopinadas e exteriores ao indivíduo podem estabelecer um quadro de insegurança. Isso levanta a questão da procura da delimitação deste novo conceito.

2. Insegurança.

É a situação oposta à segurança, ou seja, é a falta de confiança, a ausência de tranquilidade de espírito, é a falta de convicção de que não se correm riscos. Por este motivo a insegurança é mais objectiva e mais real, porque está mais presente em cada um de nós. É ela que determina a existência do medo, já que este mais não é do que a *luz vermelha* que nos alerta para a possibilidade de estarmos sob o efeito de uma ameaça e em vias de um risco iminente. A insegurança traduz-se mais frequentemente por uma inquietação que coloca o indivíduo num estado alerta que pode ou não ter fundamento. Por isso, a situação de insegurança carece de ser objectivamente analisada para se concluir se, de facto, existe. Realmente, tal como alguém se pode sentir seguro, porque desconhece a ameaça que paira sobre si, também

² Segundo Alain Birou, segurança é a «Protecção contra qualquer espécie de perigo. Garantia contra o acaso. Tranquilidade psicológica que resulta da certeza de que não há qualquer perigo a temer ou de que se está protegido contra as ameaças.» (*Dicionário das Ciências Sociais*, 5.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 367).

alguém pode sentir-se inseguro por imaginar ameaças que não existem, muito embora a insegurança esteja mais garantida do que a contrária, como consequência da carga de inesperado que lhe está associada.

II. Causas da Insegurança.

A insegurança pode ser, quanto ao número de pessoas que afecta: individual e colectiva

A insegurança individual é uma questão do foro psíquico (traduz-se, geralmente, pelo medo), enquanto que a insegurança colectiva já cai no domínio do problema social; a insegurança colectiva, normalmente, não é o somatório das inseguranças individuais, mas o sentimento vivido por um agrupamento de pessoas. Curioso será notar que um só indivíduo pode, com o seu medo muito pessoal, contagiar uma multidão e gerar situações de pânico

A insegurança, quanto à sua origem, pode ser: de natureza intrínseca ou extrínseca aos indivíduos, isto é, pode ser originada nos próprios indivíduos ou fora deles.

Assim, o medo, como manifestação individual dá lugar a uma insegurança com causa intrínseca, mas a insegurança, que tem causa extrínseca, pode ser, quanto ao modo de afectar: a) individual — quando o agente causador está no próprio indivíduo (razões psíquicas: o medo); b) grupal — quando se manifesta num número relativamente pequeno de indivíduos; c) social — quando se manifesta num número muito elevado de indivíduos (a população de uma aldeia, de uma cidade ou, até, de um país).

A insegurança, quanto ao modo como é produzida, pode ser: induzida — quando os indivíduos não tomam consciência clara de que estão a ser vítimas de processos geradores de insegurança; e percebida — quando os indivíduos tomam clara consciência dos sistemas geradores de insegurança.

III. A insegurança na perspectiva do jornalista

O jornalista é, por um lado, um agente de informação, mas é, também, um agente de formação da opinião pública. É nestas duas perspectivas que o jornalista deve olhar a insegurança enquanto notícia: por um lado, cabe-lhe a obrigação de informar, mas, também, o resultado dessa acção pode induzir mais insegurança no público informado.

Sabe-se que, por exemplo, os meios de informação que exploram as notícias relativas à violência de rua acabam inibindo os seus consumidores de saírem de casa com receio de virem a ser vítimas de actos que vêem empolados a cada instante. Por outro lado, quando há uma moderada difusão de notícias sobre violência, as pessoas não a temem. Exactamente, porque um dos objectivos do Estado Novo, em Portugal, era criar a ilusão de um país pacífico, a censura tinha ordens expressas para cortar todas as notícias que relatassem actos violen-

tos. Caiu-se, por conseguinte num extremo, mas, também é verdade, que este vazio de informação sobre violência serviu para limitar a sua propagação.

O jornalista em geral e o responsável pelo órgão de informação em particular, têm de ter uma clara noção do equilíbrio da notícia geradora de insegurança; eles não podendo, nem devendo, transformar o mundo num *paraíso*, não devem dar da vida em sociedade uma imagem que sirva para instabilizar os cidadãos. Qualquer das duas atitudes, em regra, só beneficiam poderes totalitários e não poderes democráticos. A democracia exige o conhecimento dos acontecimentos, mas não deve tolerar a sua exploração para além do que é necessário.

A desnecessidade verifica-se quando a notícia entra pela descrição macabra, assustadora, instabilizante; quando os pormenores são explorados com morbidez; quando o número de ocorrências semelhantes é empolado só para criar a ideia de grandeza excessiva³.

IV. Outros conceitos:

1. Ameaça

Pode entender-se como ameaça toda a acção, ou intenção de acção, desenvolvida por um ou vários oponentes a qual sugere uma redução da segurança.

A ameaça para o ser não passa à efectivação da acção, porque, neste caso, pode ser classificada como uma agressão.

A ameaça é uma instabilidade, uma dúvida, uma incerteza que gera uma insegurança, ou seja, que impede a existência de tranquilidade.

A ameaça tem sempre uma origem exterior ao indivíduo ou indivíduos, isto é, não se torna possível criar uma «auto-ameaça»⁴.

³ Em 1977 fiz parte de um grupo de trabalho composto por universitários que se dedicou ao estudo da violência na imprensa escrita de Lisboa, durante um período de mais quinze dias. Procurámos identificar quais eram os jornais que davam mais notícias sobre violência e aqueles que, além disso, lhes davam mais destaque de acordo com a sua colocação no periódico. Verificámos que os jornais conotados com as posições políticas mais à direita eram aqueles que davam mais destaque à violência e que, pelo contrário, os que se identificavam com posições de esquerda davam menos destaque às notícias sobre violência. Deve recordar-se que há vinte e dois anos Portugal vivia ainda uma opção política que apontava para soluções do tipo socialista ou socializante, facto que determinava atitudes por parte dos sectores mais conservadores no sentido de criarem um clima de receio e de insegurança colectivos.

⁴ Em estudos estratégicos é usual inventariar as ameaças reais e hipotéticas, mas verosímeis; nestes trabalhos, para se fazer a avaliação tão rigorosa quanto possível, é comum identificar para cada ameaça uma ou mais vulnerabilidades. Quer dizer, não há ameaça sem vulnerabilidade, o mesmo é dizer que, estrategicamente, não se admite a introdução do medo como parâmetro determinante da existência de uma ameaça, ou seja, a insegurança (vulnerabilidade) é objectivável e objectiva.

2. Risco

Pode entender-se como risco a situação perigosa que o ou os indivíduos correm, geralmente, como consequência de uma ameaça.

O risco, ao contrário da ameaça, pode não ter uma origem exterior ao indivíduo ou aos indivíduos que o vivem, isto é, cada um pode criar situações de risco sem intervenção de qualquer agente exterior. Quando se conduz um automóvel a alta velocidade debaixo de chuva torrencial, por exemplo, está-se a criar uma situação de risco que só deriva de quem pratica a acção, mas, ao mesmo tempo, está-se a ser uma ameaça para os condutores que circulam com cautela na mesma via.

3. Ambiente

No sentido que nos interessa podemos definir ambiente como o conjunto dos elementos naturais ou artificiais que rodeiam o indivíduo humano.

O ambiente pode ser, por conseguinte, hostil ou não hostil ao Homem consoante este vive nele em condições que lhe são adversas ou favoráveis. O ambiente natural ao Homem, em princípio, não lhe é hostil, todavia, por acção que lhe não é imputável ou em consequência de actos que pratica, o ambiente pode tornar-se-lhe hostil.

Hoje em dia, o ambiente é responsável por uma série de doenças de que o Homem sofre, sendo a mais vulgar o *stress*. No entanto, ao ambiente devem-se outras maleitas bem piores do que o vulgar *stress*; há-as que resultam da poluição (do ar, sonora, das águas), do aumento demográfico, das carências em saneamento básico, da expansão urbanística, da exaustão dos recursos naturais, do excessivo impacto da actividade humana sobre o meio natural com a consequente alteração do meio (por exemplo, o efeito das grandes redes rodoviárias nos ecossistemas) e de tantas outras causas.

Uma das razões fundamentais para que o ambiente tenha ganho condições de hostilidade em relação ao Homem é consequência do tipo de economia que se pratica. Com efeito, a concorrência no mercado fez que se desprezassem determinados custos de produção os quais se tornaram em ameaças ao ambiente e, por isso, ao ser humano. Defende-se hoje a existência da capacidade de homeostasia (possibilidade de autoregulação dos organismos vivos)⁵, mas a verdade é que está por provar que o ser humano consegue fazer uma adaptação tão rápida quanto a rapidez de mudança do ambiente; uma das razões do aumento das doenças alérgicas resulta dessa «demora» de adaptação, ou seja, o sistema imunitário humano não criou ainda defesas para certas agressões do ambiente.

V. Tipologia da ameaça

⁵ Veja-se *Dicionário das Ciências Humanas*, (dir. G. Thines e Agnés Lempereur), Lisboa, Edições 70, 1984.

Quanto à incidência, a ameaça pode ser directa ou indirecta. Está no primeiro caso a situação na qual o indivíduo humano percebe a possível perda de segurança de uma forma clara e sem necessidade de raciocínios intermédios: a ameaça está ali, à vista, e é indiscutível.

A ameaça é indirecta quando o indivíduo humano só a percebe por meio de raciocínios intermédios, porque ela não é clara, nem frontal; nesta situação vive-se um clima de aparente «quase segurança» com a sensação de «quase insegurança».

Quanto ao efeito, a ameaça pode ser física e psicológica e, ainda, simultaneamente, ambas.

É física quando afecta directamente, no Homem, o seu organismo e, no ambiente, as condições que o determinam; a ameaça é psicológica quando, no ser humano, gera situações de tensão que afectam o seu equilíbrio psíquico e quando, no ambiente, o alteram de tal modo que criam no Homem uma sensação de instabilidade física e psíquica. Qualquer das situações anteriores podem ser conjugadas, dando origem a ameaças físicas e psicológicas ao mesmo tempo.

Quanto à origem, a ameaça pode ser militar e não militar. No primeiro caso o Homem sente que a situação de instabilidade é provocada por quem detém a força das armas e só dela resulta. Deve notar-se que a ameaça feita sob a coacção das armas utilizadas por militares não a limita exclusivamente ao uso destas, porque podem ser o elemento de cobertura para desenvolver outros tipos de ameaça (psicológica, por exemplo).

A ameaça não militar é aquela que é feita sem o emprego directo ou indirecto das armas utilizadas por militares.

Haverá que notar a diferença entre um bando armado (tipo *gang* de malfeitores) e organizações militares, pré-militares ou paramilitares (estão no primeiro caso certas milícias políticas armadas e, no segundo, quase todas as organizações de manutenção da ordem pública); é a estas três últimas situações que podemos englobar no termo genérico de organizações militares.

OS PRIMÓRDIOS DA AMEAÇA AO AMBIENTE

Do passado distante à Revolução Industrial

Nos primórdios da existência do Homem na Terra, ou nas situações contemporâneas de vivência primitiva, o ambiente foi-lhe, quase sempre hostil. O Homem começou por ter de «dominar» o ambiente para, primeiro, sobreviver e, depois, para viver melhor.

Nessa longa caminhada o Homem «aprendeu» muito rapidamente que a sua relação com o ambiente tinha de ser «económica» ou, se se preferir, tinha de utilizar princípios de economia. Com efeito, a sua sobrevivência passou, antes de tudo, pela conquista dos alimentos e estes, por muito abundantes que fossem, acabavam esgotando-se. Por conseguinte, no domínio alimentar, o relacionamento com o ambiente foi de uso, isto é, o Homem «serviu-se» dele para sobreviver sem, no entanto, o alterar. Isso veio acontecer quando a espécie humana levou à exaustão o ambiente onde estava inserido através da predação, quer dos bens vegetais, quer dos bens animais. Pode dizer-se que esses foram os primeiros desequilíbrios do ambiente por «ataques» incontrolados à Natureza.

Na sua progressão sobre a Terra o Homem acabou, em face dos sucessivos ciclos de uso e predação do ambiente, por aprender a «repor», do modo que lhe era conveniente, o equilíbrio destruído através da prática da agricultura e da domesticação animal. Quer dizer, tornou-se agricultor e forçou a terra a dar-lhe os alimentos que ele pretendia e não aqueles que ela «naturalmente» produzia; o Homem, neste passo, continuou a alterar o ambiente, embora usando-o até ao limite das suas necessidades e condicionado pelas forças da própria Natureza (cheias, geadas, trovoadas, secas, etc.).

Não se pense que, pelo facto de o Homem se ter tornado agricultor deixou de ser um predador! Pelo contrário, depois de ter domesticado os animais que lhe eram mais fáceis para virem a fazer parte da sua dieta alimentar, continuou a caçar, por simples prazer ou necessidade de uso de peles e de outros produtos. Deste modo, ao longo dos séculos, dos milénios, conseguiu extinguir, de grandes extensões da Terra, determinadas espécies animais (a baleia, a foca, o urso, o tigre e muitos outros).

Até ao século XV as populações viviam mais ou menos isoladas em grandes regiões que só com enormes dificuldades conseguiam estabelecer ligações umas com as outras, por isso, a economia era «regional» e a predação era-o, também.

Foram os Portugueses quem rompeu com este sistema de isolamento económico. Com efeito, os Descobrimientos — embora de uma forma lenta para os tempos actuais, mas rápida para a época — puseram em contacto as áreas conhecidas e desconhecidas da Terra e aceleraram o processo de comunicação entre os Povos. Ao fazê-lo, impuseram, também, em todo o mundo, o sistema económico que dominava na Europa, gerando assim, a ampliação do

capitalismo enquanto princípio de acumulação de riquezas e enquanto método de regulação de preços de produtos e de mão-de-obra. A predação aumentou, quer quantitativa quer qualitativamente, pois que alguns bens deixaram de ter somente interesse para os povos de certas zonas para passarem a ter interesse para todos os povos em geral; deram-se as grandes corridas à exploração (extracção) de certos produtos: o âmbar, o coral, as pérolas, as pedras preciosas, o ouro, a prata, o marfim, etc.

O período que mediou entre o começo do século XV e o final do século XVIII, serviu para a Europa se impor no mundo enquanto potência dominante cultural, económica e militarmente, tendo como contrapartida o efeito de gerar grandes fortunas que passaram a controlar o comércio a grande distância e que, ao mesmo tempo, impuseram o seu império na indústria nascente e nos grandes empreendimentos financeiros.

O século XVIII foi o tempo do começo das grandes «revoluções». A primeira Revolução Industrial determinou-se pelo aparecimento de novas fontes de energia — a madeira e o carvão de pedra que fizeram surgir a máquina a vapor — que trouxe uma profunda modificação no modo de produzir — passou-se do processo artesanal e manufactureiro para o processo industrial e maquinal — e que modificou os transportes, já que os tornou mais rápidos.

O século XIX foi o período do grande desenvolvimento de certas tecnologias (armas de fogo, telegrafia e telefonia, energia eléctrica, energia petrolífera, siderurgia, química — adubos—, automóvel, raio X, a microvisão, a vacina etc.). De repente as indústrias passaram a dominar a actividade produtiva do Homem, vindo substituir, largamente, a agricultura; em consequência, o comércio desenvolveu-se de uma maneira nunca vista. A Europa, a América e alguns países (poucos) da Ásia iniciaram um processo de expansão sobre zonas onde poderiam ou comerciar os seus produtos, ou encontrar mão-de-obra muito barata ou, ainda e principalmente, explorar matérias-primas a preços ridículos para alimentar as suas indústrias: foi, de novo, uma época de expansão colonial; foi a grande euforia do capitalismo desumano, dominado exclusivamente pelos princípios da liberdade mercantil; foi o desenvolvimento de três estratos populacionais cultural, económica e socialmente distintos: o proletariado, a pequena e média burguesias urbanas e a grande burguesia financeira; foi o tempo da criação das grandes ideologias políticas de contestação ao modelo económico e social que se afirmava; foi o século que acabou no grande holocausto militar que pôs os países mais desenvolvidos uns contra os outros com a eclosão da 1.^a Guerra Mundial (1914-1918); mas, acima de tudo, foi o século do começo do grande desrespeito pelo ambiente, porque tudo admitia em nome do progresso.

No século XX, depois da 1.^a Guerra Mundial, consequência da falência do sistema financeiro e económico do final dos anos 20, surgem novas fórmulas políticas para atenuar a desumanidade do capitalismo que resultaram em novos processos de protecção social. O

Homem sentiu-se social economicamente protegido dentro do sistema de ameaça e agressão ao ambiente.

A 2.^a Guerra Mundial foi, acima de tudo, o confronto entre três formas de compreender o desenvolvimento — duas que, teoricamente, condenavam o livre arbítrio do mercado e uma que acreditava no papel do Estado como moderador do mercado enquanto regulador da vida social, cultural e económica do Homem (no primeiro caso estavam os fascismos e o estalinismo soviético e no segundo as democracias ocidentais).

Da Guerra resultaram três blocos distintos: o do capitalismo, o do comunismo estalinista e o terceiro mundista ou neutralista. A concorrência entre os dois primeiros deu origem à chamada «Guerra Fria» com utilização frequente de confrontos indirectos no terceiro por causa do domínio de áreas vitais às respectivas economias. A manutenção de um elevado índice de corrida a armamentos, cada vez mais sofisticados e incluindo os de natureza nuclear, levou a que a «Guerra Fria» facilitasse o desenvolvimento de um capitalismo que parecia cada vez mais apostado no progresso e bem-estar das populações ocidentais, mas que, por via de um sistema de auto-obsolescência se procurava superar cada vez mais, de modo a tornar os bens produzidos em bens tecnologicamente ultrapassados. Foi a denominada «sociedade de consumo».

No bloco do comunismo estalinista a incapacidade de manter um isolamento absoluto dentro das suas fronteiras levou a que, por um lado, a corrida armamentista e por outro o contágio com o aparente bem-estar das populações do bloco capitalista, se produzissem desgastes insuportáveis no mecanismo pesado e burocrático da produção planificada, levando a que, afinal, também na área do globo onde o sistema estava implantado a concorrência determinasse agressões incontroláveis ao ambiente.

Os dois sistemas em conjunto, cada um de seu modo diferente, geraram a depauperação do Terceiro Mundo, ou por o colocar na sua dependência financeira ou por lhe exaurirem os recursos naturais ou por lhe provocarem danos ambientais quase irrecuperáveis.

A queda do sistema comunista estalinista colocou nas mãos do sistema capitalista todo o controlo financeiro global, trazendo a humanidade, de novo, mas agora de uma forma mais sofisticada, à época do capitalismo desumano do século XIX. Este facto veio facilitar o crescimento de produções de necessidade discutível que, no entanto, ou são ameaças ao ambiente ou são já agressões consumadas.

AS AMEAÇAS À SEGURANÇA NÃO MILITAR NO MUNDO ACTUAL

I. A violência:

1. A moral e a violência

«O que a justo título se censura na guerra é o desejo de fazer mal, a crueldade da vingança, uma alma desassossegada e implacável, o furor das represálias, a paixão do domínio, e outros sentimentos semelhantes» S. Agostinho, citado por S. Tomás de Aquino in *Suma Teológica – Segunda Parte*.

Desde S. Agostinho (séculos IV-V), pelo menos, que a grande questão que se colocava não era tanto a da existência da guerra, mas a da violência que nela estava contida⁶; foi contra ela que, desde sempre, a Igreja Católica, pelo menos, se insurgiu, porque nela é que residia a origem dos maiores flagelos da humanidade.

A violência, nos primórdios da cultura ocidental, era essencialmente física e traduzia-se pela série de actos que induziam o medo de a sofrer. A própria Igreja Católica, na Idade Média, desenvolveu mecanismos psicológicos que tinham essa função: o temor do Inferno e dos sofrimentos ali passados mais não eram do que acções de violência geradoras do medo⁷. Mais tarde, a partir do começo da Idade Moderna, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e as torturas que se faziam durante os interrogatórios — que eram de uma extrema violência — visavam atingir os mecanismo do medo. Foi essa violência que impediu a liberdade de pensamento e atrasou, na Europa, o desenvolvimento filosófico e científico; foi essa violência que fez surgir a capacidade de delação gratuita acobertada pela impunidade do anonimato.

Houve, desde sempre, nas sociedades de influência ou matriz cultural europeia, uma confusão entre violência e educação («A mão que dá o pão, dá a educação» — provérbio popular português), porque admitiu-se que o medo do sofrimento induzia o respeito, e este a obrigação. O medo conformou a moral e fez que esta aceitasse o que a sociedade, embora

⁶ É curioso notar que a Igreja Católica, pelo menos por duas vias, tentou atenuar a violência contida na guerra: por um lado, impondo restrições aos combates, principalmente através de limitar os dias em que se podiam realizar; por outro, impondo códigos de conduta aos combatentes ou àqueles sobre quem recaía a responsabilidade do combate, principalmente através da chamada Ordem da Cavalaria que determinou comportamentos mais humanizados face às populações desprotegidas e aos fracos e desvalidos.

⁷ Note-se que a ideia de Inferno que começa a ser desenvolvida na Idade Média e se prolonga quase até aos nossos dias está intimamente associada ao fogo, porque este era, foi e é ainda, um dos elementos mais dificilmente controlável pelo Homem. A «domesticação» do fogo, mesmo nos tempos que correm não é completa nem total, daí que este tenha sido associado ao castigo das almas pecadoras, quer de forma definitiva — Inferno — quer de forma transitória — Purgatório.

reprovando, desconhecia. Este medo, que tem como origem a violência, distorceu a virtude da cidadania, porque tendo-lhe roubado a natural frontalidade obriga ao acto de coragem quando se persegue a verticalidade.

2. Formas de perceber a violência

O acto violento não se limita a quem o sofre; estende-se e afecta quem o pratica e quem lhe vê os resultados: espalha-se como uma mancha de óleo. A violência gera violência, não só como resposta directa, mas, e principalmente, como habituação. Repare-se que ninguém tem dúvidas quanto ao facto de ser um acto violento a exterminação dos Judeus pelos nazis, nos campos de concentração; mas qual seria a carga de habituação à violência que tinham os Judeus que estavam encarregados de meter nos fornos crematórios os cadáveres dos seus companheiros? Essa é uma forma de violência «passiva» que, psicologicamente, «nega» a violência «activa», porque faz parte dessa mesma forma de violência. Os Judeus que carregavam os fornos crematórios eram parte inseparável do sistema de violência nazi, embora viessem a ser vítimas desse sistema.

Hoje em dia a informação propaga-se à velocidade da luz e, por conseguinte, as notícias sobre a violência atingem todas as pessoas de maneira mais ou menos idêntica; ninguém fica ileso. A violência é transmitida pela rádio, pela televisão, pela Internet, pelo cinema; chega-nos, também, pela imprensa escrita — jornais, revistas — e pela literatura de ficção.

— Mas de que formas de violência estamos a falar? De guerras? De assaltos? De violações? De roubos?

— De todas e de nenhuma em especial, porque violência é tudo o que não sendo catástrofe natural devia impressionar o cidadão comum, gerando-lhe uma sensação de medo ou de insegurança.

Percepciona-se a violência até nas situações, aparentemente, mais inocentes ou mais inesperadas: num filme sobre vida animal, quando se vê, com todo o realismo e de forma completa, o predador matar, esfacelar e comer a sua presa, aparecendo com o focinho cheio do sangue depois do repasto; num filme pornográfico, quando se vê uma mulher ser *usada* de todas as formas possíveis por dois ou mais homens; no telejornal, quando se vê retirar as vítimas de um acidente automóvel ou ferroviário, quando se mostra a poça de sangue que ficou sobre o asfalto no último atentado político. Estas são formas «disfarçadas» de fazer passar imagens e informações violentas, porque há as outras, as que nos chegam todos os dias nos filmes e nas séries televisivas que nos mostram, com imenso realismo, os processos de matar e causar dor e sofrimento ao semelhante.

3. O convívio com a violência

Em consequência desta envolvimento constante com actos violentos operou-se no nosso psiquismo uma quase permanente apatia perante a violência. A maioria de nós é capaz de estar a ver no telejornal as notícias sobre um acidente rodoviário, onde surgem imagens de pessoas mortas e feridas (imagens que sendo de grande dor são, também, de grande violência) e, no entanto, continuar a comer o jantar sem qualquer incómodo. Claro que a consequência imediata desta situação leva a que se passe pelo mesmo acidente na estrada e se seja simplesmente motivado a parar ou abrandar a marcha pelo prazer mórbido de se ser *voyeur*.

A convivência constante com a violência, que nos entra pela casa dentro, pelos olhos e pelos ouvidos, torna-nos indiferentes, apáticos, distantes, à própria violência, mas, pior do que isso, torna-nos coniventes com a violência, porque as vítimas reais começam a ser para nós meros *bonecos* televisivos ou cinematográficos. A violência que nos envolve acaba por nos tornar profundamente egoístas perante a dor alheia ao ponto de só sermos sensíveis à violência que nos afecta directamente

Esta convivência constante com a violência faz de cada um de nós o Judeu que ajuda a meter no forno crematório o seu companheiro morto pelos nazis. E esta indiferença não nos é imposta por acaso, nem por causa do «furo» jornalístico; esta indiferença faz parte de um conjunto mais vasto que se inscreve na ideologia que impõe obediência às leis do mercado. O adormecimento da sensibilidade leva-nos ao adormecimento dos valores morais e éticos e esta apatia facilita a aceitação de ideias, hábitos e costumes que deixamos de «filtrar» e que nos passam a ser impostos pela mesma via que a violência nos adormece.

4. A violência como determinante política, económica e social

Realmente, pode afirmar-se que a convivência «pacífica» com a violência resulta de determinantes de natureza política, económica e social.

Do ponto de vista político parece haver uma tendência global para a gestação e manutenção de uma apatia e conivência perante a violência, tornando-nos em instrumentos passivos dessa mesma violência. Uma tal passividade supõe a aceitação pela opinião pública das violências «convenientes» exercidas, no plano internacional, por alguns países com projecção global, quando e onde acharem oportuno. Não se pode deixar de referir que a ausência de bipolarização na política mundial veio tornar mais fácil a passividade perante a violência estatal desenvolvida por essas mesmas potências mundiais.

No plano económico a passividade da opinião pública serve à domesticação das vontades individuais, tornando-nos agentes manobráveis dos imperativos do mercado, facto que nos leva a aderir à moda ou a aceitar revoltar-nos perante o que é politicamente conveniente que provoque revolta (revoltando-nos, até, contra a «má» violência!).

Contudo, o cúmulo é atingido na perspectiva social, porque a aceitação passiva da violência gera a apatia perante as diferenças sociais mais gritantes, quer a nível nacional quer

a nível global. É assim que se aceita com grande tranquilidade de consciência que uma parte da humanidade morra todos os dias por falta de alimentos, como resultado do frio ou do calor, por não ter habitação, por falta de condições higiénicas, por não ter assistência médica nem medicamentos para se tratar.

Em resumo, a divulgação massiva da violência, não a limita mas, pelo contrário, serve de anestesia perante a mesma violência, ao mesmo tempo que como consequência, amplia a impunidade da violência nas suas mais variadas e distintas formas.

II. A delinquência juvenil

1. Aspectos vulgares da delinquência

A delinquência juvenil é um fenómeno que se vem agravando nas últimas dezenas de anos. Sabemos que sempre houve prática de pequenos crimes entre os jovens; todavia, só não eram tão divulgados como o são hoje e, quase sempre, estavam restritos a certos estratos sociais e a certas regiões dentro dos diferentes países. A delinquência juvenil é cada vez mais grave em consequência do aumento do tipo de crimes que os jovens praticam.

Se, por um lado, se deve à maior difusão e melhor cobertura noticiosa o conhecimento dos delitos levados a cabo pelos jovens, também é verdade que esse mesmo facto ao contrário de reduzir fez aumentar o fenómeno, porque a punição correspondente foi claramente reduzida em função de uma maior atenção aos Direitos do Homem. Com efeito, e por exemplo, enquanto ao roubo de um automóvel efectuado por um menor corresponde hoje uma pena mínima, há cem ou cento e cinquenta anos o roubo de um cavalo por um jovem da mesma idade levava, quase sempre à prisão e, em certas regiões, à condenação à morte. Assim, poder-se-ia concluir que, na prática, há uma «despenalização» da delinquência juvenil como resultado de um maior conhecimento dos crimes perpetrados e de uma mais justa atenção aos Direitos do Homem. Todavia, esta explicação não se torna suficiente para justificar o fenómeno.

A delinquência entre os jovens iniciou a sua fase de agravamento no período que se seguiu imediatamente ao final da 1.^a Guerra Mundial⁸. Com efeito, um pouco por todo o lado, e a todos os níveis sociais, como consequência da crise económica que se fez sentir tanto na Europa, como nos Estados Unidos, verificaram-se situações de criminalidade, umas vezes organizada outras, a maioria, individual. Houve factores que contribuíram para tornar mais grave a situação: nos EUA, a chamada «Lei Seca» e, na Europa, o desenvolvimento de parti-

⁸ Naturalmente que nas grandes cidades, em especial da Europa, sempre houve pequenos crimes praticados por jovens marginais que se organizavam ou não em grupos. Mas a principal característica distintiva desses crimes — além da sua menor importância — era o serem levados a cabo por jovens pertencentes a grupos sociais vivendo na miséria absoluta, o que deixou de acontecer na década de 20 do século XX.

dos fascistas que, na fase inicial da sua implantação, se socorreram do apoio terrorista de jovens marginais.

O final da 2.^a Guerra Mundial agravou significativamente o panorama, porque originou movimentos de revolta entre a juventude, muito em particular nos países mais afectados pela guerra e a mortalidade, já que muitos desses jovens eram órfãos, pelo menos de pai, e havia neles uma verdadeira impossibilidade de aceitação dos padrões sociais que os colou, muitas vezes, em posições iniciais de marginalidade.

2. Fenómeno social consequente

Se as motivações para o agravamento da delinquência juvenil, até ao final dos anos 50, parecem ter tido origem em causas excepcionais — guerras, crises económicas, políticas e morais — depois desse período passaram a ter como justificação razões estruturais da própria sociedade. Com efeito, a abundância material que correspondeu ao *boom* económico dos anos 60 e décadas seguintes (com raras excepções de crises pontuais) gerou várias linhas que, em última análise, propiciavam a delinquência juvenil. Vejamos:

a) Cavou-se um profundo fosso entre grupos sociais com largas posses financeiras e grupos sociais vivendo ou no limiar da miséria ou na própria miséria; a situação agrava-se, porque esses fossos estão face a face, já que se desenvolvem nos grandes centros urbanos;

b) Nas últimas décadas, o consumismo levou a que ganhasse muita importância entre a juventude o uso de objectos e roupas de certas marcas comerciais que funcionam como símbolos de prestígio; este facto ampliou a cobiça entre aqueles jovens que por motivos de carências financeiras não têm acesso a esse tipo de artigos, gerando a apetência para o roubo;

c) A vulgarização do consumo de drogas incentivou a delinquência juvenil, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas das grandes cidades, não só ao nível do roubo, como, também, no uso da violência, da força e na prática do abuso sexual;

d) Entre os grupos sociais de economia familiar média e alta, tornou-se vulgar o abandono dos filhos a si próprios, ou porque a mãe tem de trabalhar para complementar com o seu salário os rendimentos do agregado, ou porque a mãe tem uma vida social muito intensa e, empenhando-os em inúmeras actividades culturais e desportivas, acaba não se preocupando, realmente, com eles ou, o que é pior, não tendo mesmo tempo para lhes dar;

e) Finalmente, como consequência da situação anterior, os próprios jovens deixaram de se sentir obrigados a uma vida mais circunscrita ao lar e ao cumprimento de horários, passando a viver uma liberdade de que, muitas vezes, ainda não sabem fazer uso, caindo na atracção da delinquência para satisfazer necessidades para as quais ainda não têm rendimentos.

Do que fica, em síntese, exposto nas alíneas anteriores verifica-se que a delinquência juvenil, sendo um fenómeno característico de um certo grupo social, tornou-se um problema

social por força da própria sociedade e do sistema económico que a domina. Pela propagação de filmes e séries televisivas, parece haver uma clara intenção social em ver aumentada a delinquência juvenil, graças à publicitação que dela se faz sem a respectiva contrapartida em medidas correctoras; é como se se tratasse de um fenómeno irreversível. O que realmente acontece é que não há nem vontade social e nem política para pôr cobro a este tipo de ameaça. A moral social tem vindo a degradar-se de modo que, cada vez mais, há uma maior complacência ou apatia para com as causas determinantes da delinquência juvenil. Não se trata de fazer recair sobre os jovens a culpa dos seus comportamentos socialmente anormais; trata-se de identificar as causas que os geram e combatê-las.

III. O tráfico de droga

1. A droga no «nosso» tempo: «função» social

Desde a mais remota antiguidade que se consumiram certas drogas entre alguns povos, nomeadamente, ameríndios e orientais. Contudo, só há relativamente poucos anos é que o uso das drogas se generalizou na Europa e nas Américas. As drogas como fenómeno de massas iniciou-se nos anos 60 da presente centúria.

Este fenómeno não deixa de estar ligado a outros a que já fizemos referência, tendo, de um modo geral, na sua origem, as mesmas causas. Na verdade, nos anos 60 o consumo (então, ainda, bastante limitado àquilo que mais tarde se veio a designar por drogas *leves*) esteve associado a um certo movimento de contestação da juventude que tinha visto a geração dos seus pais sacrificada na 2.^a Guerra Mundial e a dos seus irmãos mais velhos na Guerra da Coreia e ela própria estava a ser recrutada para entrar nos mais diferentes conflitos (França na Indochina e Argélia; EUA no Vietname; Portugal na Guiné, Angola e Moçambique; Grã-Bretanha na Irlanda, para referir os mais significativos e demorados). As drogas eram uma fuga ao real e uma afirmação de não alinhamento com os padrões da sociedade.

Foram os anos 80 que divulgaram o uso das drogas independentemente de qualquer ideologia. O consumo passou a ser um vício tão comum e igual ao do tabaco ou mesmo ao das bebidas alcoólicas; a toxicoddependência tornou-se num dos mais importantes flagelos deste final de século e de milénio.

Evidentemente que o consumo nesta nova escala tem uma «função» social que é necessário identificar e desmontar.

O amplo consumo de droga veio desestabilizar os equilíbrios sociais, opondo pais a filhos, atirando para a marginalidade vastos sectores de indivíduos úteis, compensando, deste modo, o desemprego pela mendicidade e roubo, reduzindo a massa de activistas da contestação, quebrando vontades. E a verdade é que os Governos não estão realmente empenhados em acabar com este problema social, porque se fosse essa a sua vontade já teriam havido concertações intergovernamentais para gizar um plano conjunto de combate à droga e à sua prolife-

ração e se tal não se verifica não é por falta de meios, mas sim porque os meandros do controlo do comércio da droga passa pelas altas esferas da política mundial.

2. A droga como fonte de rendimentos financeiros

Embora sabendo-se que a droga é um flagelo social e individual (pelos efeitos que provoca na personalidade do consumidor), sabe-se, também, que uma das piores consequências que o seu consumo arrasta é gerar fontes de rendimentos financeiros de valores incalculáveis os quais, depois de «despenalizados» pela lavagem feita através de qualquer empreendimento de fachada legal, entram nos circuitos normais de financiamento. Por outras palavras, o dinheiro da droga pode servir para se tornar em elemento gerador de empreendimentos económicos com peso significativo no mercado. Ora, como a origem é, por natureza, amoral, imoral e anti-social, as aplicações financeiras efectuadas não-de ultrapassar em amoralidade e imoralidade o comportamento já de si «defeituoso» do próprio mercado.

Ainda está por avaliar, na perfídia do sistema neoliberal do capitalismo de hoje, qual a fatia que cabe dessa perfídia, à introdução na economia das grandes massas financeiras provenientes da lavagem do dinheiro da droga.

3. As grandes redes de tráfico como fonte de poder internacional

A partir do final do século XIX o poder financeiro internacionalizou-se dando origem a grandes empresas supranacionais que passaram a ter uma extraordinária capacidade de intervenção nas políticas nacionais. Esta situação agravou-se depois da 2.^a Guerra Mundial, data desde quando as empresas multinacionais geraram poderes com capacidade interventora em todo o globo terrestre, muito especialmente no chamado Terceiro Mundo.

No momento presente, em resultado do que se disse nas alíneas anteriores, o poder financeiro dos centros de droga passou a ter possibilidades de intervenção política no domínio internacional tanto como qualquer grande empresa de capitais de diversas origens: a sua capacidade pode ir ao ponto de pôr e depor governos e governantes⁹.

A droga é, assim, um flagelo que abrange vários círculos: o indivíduo, a família, a sociedade, os Estados e a comunidade internacional.

IV. Nacionalismo e religião

1. Os nacionalismos como fonte de instabilidade social

⁹ Não deixará de ser curioso referir que, nos EUA, há alguns anos a esta parte se fez uma imensa campanha contra o consumo de tabaco a qual conseguiu resultados surpreendentes e, todavia, nunca foi feita uma campanha *realmente* eficaz contra o consumo de drogas. A eficácia alcançada até parece uma acção previamente pensada para desviar a atenção da importância social das drogas, centrando-a no *inocente* tabaco!

O conceito de nacionalismo é relativamente recente — finais do século XIX — e nasceu como uma consequência política de certos povos antes integrados em grandes impérios, se afirmarem pelo desejo de autonomia. É um conceito que tem como fundamento dados de natureza cultural, nomeadamente a língua, a religião, a etnia e, por vezes, a história comum.

No começo do século XX os nacionalismos existentes tiveram como finalidade, muitas vezes, dar origem a Estados que tinham como função servirem de tampão entre grandes potências, criando, assim, «zonas de amortecimento» de interesses antagónicos — foi o caso dos Balcãs no final da 1.^a Guerra Mundial.

No fim da 2.^a Guerra Mundial, por razões idênticas, foi adoptado um critério inverso o qual passou por criar Estados que englobavam várias nações. Com a desagregação do chamado «Bloco de Leste» está a operar-se o fenómeno do reacender dos nacionalismos na Europa. Uma das vertentes reivindicativas desses nacionalismos é religiosa, tornando as oposições quase sempre irreconciliáveis.

Este fenómeno está a originar instabilidade social em diversos países da Europa e, por contágio, fora deste continente (veja-se o recente caso de Timor Leste onde os Indonésios, maioritariamente islâmicos, incendiaram igrejas e instalações religiosas católicas, facto que nunca tinha ocorrido em cerca de um quarto de século), começando a assistir-se a clivagens sociais que tem o seu fundamento primário na afirmação nacionalista que se expressa pela oposição religiosa. Quer dizer, o nacionalismo está a ganhar matizes de natureza religiosa ao contrário de ser só um fenómeno com fundamento político.

2. Os fundamentalismos como fonte de conflito social

O conceito de fundamentalismo apareceu em uso muito recentemente e é utilizado, na maioria dos casos, para designar o movimento religioso islâmico que obriga ao cumprimento dos preceitos da forma mais rigorosa.

Trata-se, por conseguinte, de um acontecimento que dentro da sociedade islâmica cria, como é natural, instabilidade social. Mas pela dinâmica do próprio movimento essa instabilidade estende-se aos Estados onde há grandes massas de imigrantes islâmicos, porque vai opor claramente dois ou três tipos de formas de estar e de viver: a das sociedades de acolhimento, a dos islâmicos que praticam a sua religião de forma mais mitigada ou menos rigorosa e os que defendem todo o rigor.

O fundamentalismo tende a espalhar-se, principalmente nos países islâmicos limítrofes da Europa, como uma reacção à cultura ocidental e europeia, pelo muito que esta alterou dos hábitos e tradições nas sociedades muçulmanas, dando origem a uma verdadeira aversão aos valores do Velho Continente e, mesmo até, à religião Católica Apostólica Romana a qual foi um dos principais suportes desses valores contra os do Islão.

O fundamentalismo islâmico é, em última análise, uma das facetas de revolta contra o capitalismo global que se procura impor hoje a todos os povos, sem respeito pelas suas tradições e pela sua cultura. O poder extremamente avassalador do capitalismo, na sua faceta consumista, gera alterações de hábitos de uma forma muito rápida e quase sempre irreversível facto que vai contundir com as tradições e os cultos religiosos de povos que viram repetido de forma igual o seu modo de vida durante várias centenas de anos. No essencial as mudanças têm grande incidência nas relações familiares em especial nos comportamentos das mulheres e dos mais jovens para com os mais velhos. A única resposta possível da tradição ao desmoronar da hierarquia concebida passa pelo exagero das obrigações religiosas com a particularidade de nos Estado islâmicos a autoridade religiosa se confundir com a autoridade política e judicial. No entanto, facto curioso é que as sociedades islâmicas são, por tradição, essencialmente comerciais e, por isso, tendem ao desenvolvimento do capitalismo, mas não um capitalismo amoral e ateu como se mostra o capitalismo neoliberal que agora avassala o mundo. A reacção fundamentalista é, por conseguinte, perfeitamente compreensível.

V. Explosão demográfica

1. Causas e regiões

A explosão demográfica tem genericamente duas explicações: uma maior taxa média de natalidade no mundo inteiro e uma menor taxa média de mortalidade. A este facto não é alheia a melhoria de condições sanitárias que desde o início do século XX se verificam em todas as regiões — reduziu-se muito significativamente a mortalidade infantil e aumentou-se o tempo médio de vida dos anciãos.

Este crescimento não é uniforme em toda a Terra. Com efeito, parece que a tendência para o crescimento da população foi, até à década de 60, maior nas regiões mais subdesenvolvidas onde os programas sanitários surtiram efeitos imediatos¹⁰, facto que levou a um crescimento populacional acelerado, enquanto que nas zonas industrializadas o crescimento foi mais lento, mas mais seguro. Depois daquela década começou a verificar-se que uma maior taxa de mortalidade nas regiões subdesenvolvidas como resultado de fomes endémicas, genocídios políticos e epidemias constantes; ao mesmo tempo em certas regiões de grande densi-

¹⁰ Deve notar-se que o aumento do controlo das doenças nas zonas subdesenvolvidas não foi acompanhado de programas educativos de modo a ensinar a controlar o crescimento das famílias, de tal modo que estas recebendo os benefícios sanitários continuaram a manter hábitos culturais que lhes estavam milenarmente enraizados, levando-os a reproduzirem-se à mesma velocidade que tinham quando a taxa de mortalidade era elevada. Esta situação redundou num aumento muito rápido da população mundial. Este é, talvez, um dos melhores exemplos de como a técnica está desfasada da cultura ou, melhor dizendo, de como a evolução tecnológica se faz independente dos estudos sociais e humanos.

dade populacional começaram a adoptar-se medidas restritivas, tendo em vista a redução do crescimento das famílias — tal foi o caso da China. Os casos mais gritantes são os asiáticos (Índia), africanos e do nordeste brasileiro¹¹.

Parece poder tirar-se uma conclusão muito generalista: a população cresce em função de situações «positivas» e «negativas». Nas primeiras, estão a melhoria das condições sanitárias de vida (redução da mortalidade infantil e prolongamento da velhice); nas segundas, estão o subdesenvolvimento e a ignorância que leva a uma reprodução incontrolada e desequilibrada.

2. Consequências

O aumento demográfico trouxe graves consequências gerais, especialmente ao nível alimentar e da distribuição da riqueza. Por outro lado, ao crescimento demográfico anda associado o fenómeno migratório que leva grandes quantidades de população a deslocarem-se de regiões já exauridas e sem recursos alimentares para outras onde se podem desenvolver esperanças de sobrevivência, tal é o caso das grandes cidades.

A solução para o aumento demográfico passa essencialmente por um conjunto de medidas que podem ser directas e indirectas. Nas primeiras, está a contenção do crescimento com base em programas de controlo de natalidade¹²; nas segundas, está o desenvolvimento da produção alimentar, em particular nas regiões do chamado Terceiro Mundo, facto que passa por facilitar a importação e exploração de fertilizantes a custos muito baixos, por irrigar terras hoje desertas ou em fase de desertificação e por conseguir fixar as populações em zonas com potencialidades produtivas, mas actualmente improdutivas.

VI. Urbanismo como problema social

1. Conceito

O urbanismo pode ser entendido como o fenómeno de crescimento de um agregado populacional humano; todavia, ele torna-se num problema social quando esse crescimento se faz de forma descontrolada, sem obedecer a regras de qualquer natureza, normalmente à custa de uma construção de características temporárias e paupérrimas e, usualmente, para abrigar

¹¹ Existe em Portugal uma situação que caracteriza na perfeição o que acabamos de dizer: Câmara de Lobos na Ilha da Madeira. Ali, a taxa de natalidade é altíssima dado que a assistência médica é de qualidade aceitável, a taxa de desemprego é elevadíssima, mas a previdência social contribui para cada família com o chamado «abono de família» o qual se torna na fonte de rendimentos garantida para o sustento de cada agregado. Temos, por conseguinte, uma situação em que diversos benefícios concorrem para gerar condições socialmente degradantes. Continua, a verificar-se a falta de políticas integradas de apoio sanitário, ajuda social e educação colectiva.

¹² Claro que, a este nível, tem de se contar com vários tipos de resistências as quais começam por motivações religiosas e acabam em tradições muito enraizadas.

populações emigradas dos campos, sem quaisquer raízes à cidade e, na maioria das vezes, sem qualquer fonte de rendimento — mesmo que precária — para se sustentarem. Em França, principalmente na cidade de Paris, nos anos 50, esses agregados populacionais que cresceram em áreas limítrofes da capital, tomaram a designação de *bidonvilles*, exactamente porque uma das matérias-primas mais usadas na construção das habitações era o metal dos bidões. Entre nós apareceram cerca de duas a três décadas antes (anos 20)¹³ e são conhecidos ainda por *bairros da lata*.

2. As «grandes cidades» do mundo

Na prática, quase todas as grandes cidades do mundo têm, nas suas periferias, outras «grandes cidades» marginais onde habitam tantos ou mais indivíduos do que na metrópole tradicional. Em África, nas antigas colónias portuguesas, estas «duas» cidades são conhecidas pelos termos «cidade do betão» e «cidade do caniço»; no Brasil chamam-se «favelas», mas é principalmente no Oriente que este fenómeno mais se verifica.

É muito difícil controlar ou evitar o crescimento destas «cidades» anexas às grandes urbes, porque sendo os materiais de construção muito precários, se é verdade que facilmente se destroem, também, facilmente se transportam de modo a que, em poucos dias, está reposto o que tinha desaparecido. Aliás, a essência do problema não está na construção destas «cidades», mas na mobilidade das populações.

Naturalmente que sendo os «bairros da lata» um reservatório de mão-de-obra desempregada, neles proliferam toda a gama de expedientes para garantir alguma capacidade de sobrevivência aos seus habitantes. São, por isso, locais onde imperam códigos de conduta social bem diferentes daqueles que regem a não marginalidade. Este facto obriga a que, nas grandes metrópoles do mundo existam enormes destacamentos policiais, com treino especial, para controlarem, dentro do possível, e usando quase sempre de métodos de grande violência, esses viveiros de marginalidade. A violência de algumas polícias urbanas, no contacto com os

¹³ Os *bairros da lata* só começaram a ter verdadeiro crescimento nos finais dos anos 50 em consequência de um abandono em massa dos campos e a vinda para a cidade de Lisboa, por causa do surto industrial que, então, se verificou na sociedade portuguesa. Até essa década, ou por falta de estruturas ou por decisão política, o país estava «condenado» a ser essencialmente agrícola e muito pouco industrial. Foi a pressão do desenvolvimento que além fronteiras se fazia sentir que obrigou a um crescimento que não estava na vontade do Estado Novo. Essa pressão foi o resultado directo do reflexo do chamado Plano Marshal que permitiu a reconstrução da Europa nos anos que se seguiram ao final da 2.^a Guerra Mundial. Apesar de Salazar não ter aceitado ser abrangido pelo auxílio americano, o surto de desenvolvimento atingiu Portugal e obrigou ao aumento de investimentos na indústria, facto que, no curto prazo, fez com que a agricultura despedisse a mão-de-obra excedentária e esta se encaminhasse para a indústria em expansão. Aí renasceram os *bairros da lata* que já tinham sido uma característica do primeiro surto industrial do século XX, no começo da década que se seguiu ao final da 1.^a Guerra Mundial.

cidadãos comuns, justifica-se, em parte, pelo modo como têm de enfrentar os habitantes, marginais, desses bairros.

3. Condições de vida

Nos «bairros da lata» as condições de vida são sempre infra-humanas, com total falta de água corrente, de saneamento básico, muitas vezes sem electricidade. Acrescendo a este quadro está o facto de quase sempre as famílias — numerosas — habitarem na mais completa promiscuidade moral, dado o facto de ocuparem, para viver e dormir, a mesma divisão da «casa» ou, quando muito, uma ou duas separadas por tábuas ou simples cortinados de pano.

É natural que o crescimento das crianças se faça em péssimas condições de socialização, porque os padrões morais são nulos ou quase, ao mesmo tempo que adquirem hábitos próprios dos códigos comportamentais desenvolvidos nestes tipos de vivência. Acresce que estes bairros são, do ponto de vista sanitário, péssimos para o crescimento infantil e para a conservação do estado de saúde dos idosos uma vez que estão muitíssimo mais sujeitos às intempéries naturais: frio, chuva, humidade, calor excessivo.

Os «bairros da lata» dão uma aparente liberdade aos seus habitantes (tanto mais que, muitas vezes, não querem mudar para bairros sociais) em consequência da «ordem» própria que ali se desenvolve que é, *marginal* ou *paralela* à ordem comum, a qual os assusta por a identificarem a valores de consumo, morais, sanitários, de vizinhança, de comportamento, que desconhecem ou a que já não estão afeitos.

Quando o poder político não desenvolve políticas sociais que tendam a reduzir ou acabar com estes bairros, os próprios habitantes, inconscientemente, colaboram com o sistema de exploração de mão-de-obra que tais condições permitem ao grande capital industrial, além de colaborarem, também, com a marginalidade constituída, por fazerem parte dos *gangs* ou por serem vítimas da sua exploração — droga e prostituição feminina, masculina e infantil.

4. Consequências

Para além das consequências que já foram evidenciadas nos itens anteriores, pode dizer-se que a mais grave de todas é a quase total incapacidade para pôr fim ao próprio problema. Na realidade, só através da proibição ou limitação férrea da possibilidade de as populações se deslocarem dos seus *habitats* é que se conseguiria acabar ou controlar o pesadelo dos «bairros da lata». Ora, uma tal medida é atentatória da liberdade de movimentação dos cidadãos e, por conseguinte, é condenada por todos os sectores que defendem os valores da democracia.

Outra consequência reside no facto dos bairros suburbanos obrigarem ao crescimento indefinido das próprias cidades, em geral sobre os terrenos mais ricos e apropriados para a

agricultura, dando origem a um constante empobrecimento alimentar das grandes cidades por terem de passar a importar certos géneros de regiões cada vez mais distantes¹⁴.

Além de tudo o mais os «bairros da lata» são sempre potenciais focos de revolta social e política, como consequência de estarem a conviver com a abundância que caracteriza as grandes cidades e não poderem participar dela; são assim, «reservatórios» de pseudo revolucionários que aderem facilmente a qualquer demagogia política (veja-se, por exemplo, o caso dos *descamisados* e de Péron, na Argentina).

Não podemos deixar de referir que, nesta convivência frente a frente de populações que vivem situações antagónicas, cada vez mais se está a verificar um outro fenómeno determinado pelo crescimento incontrolado das cidades. Analisemo-lo.

Nos séculos anteriores as cidades cresciam com lentidão — na maior parte dos casos, arrumando-se descontroladamente —, mas organizando os contactos sociais de modo a que se gerassem relações de vizinhança, que, às vezes, eram bem mais fortes do que as de família. Havia espaços de rivalidade entre grupos de habitantes, mas esses não serviam para excluir, porque, pelo contrário, representavam o sentimento de pertença ao grupo e à cidade; as rivalidades não se fundamentavam em razões de riqueza, mas em questões religiosas ou étnicas.

Actualmente, dentro das grandes cidades, para além de se ter perdido completamente o sentido de vizinhança, estão a construir-se verdadeiras fortalezas — que dão pelo nome de «condomínios fechados» — onde habitam uns raros privilegiados que se distanciam da cidade e, mais ainda, dos «bairros da lata». Hoje, as distâncias entre os grupos que habitam as cidades é bem maior do que qualquer distinção religiosa ou étnica, porque é determinada pelo ter ou não ter poder aquisitivo, ser ou não ser rico.

VII. A emigração

1. Para a Europa

Refere-se exclusivamente a emigração para a Europa como ameaça à segurança não militar por ser neste continente que nos inserimos e por ser aqui que há, ainda, uma certa dose de falta de homogeneidade política entre os Estados¹⁵.

¹⁴ Será interessante verificar que, geralmente, as cidades mais antigas começaram por ser erigidas em elevações do terreno que não apresentavam boas características para a agricultura, mas que à volta tinham excelentes várzeas propícias ao cultivo dos alimentos mais consumidos na cidade. O surto de crescimento urbanístico do final do século XIX, mas, em especial, o do começo do século XX fez-se exactamente sobre esses terrenos ricos, acontecendo que, cada vez mais, os alimentos consumidos nas grandes cidades vêm de mais longe e, em muitos casos, de terrenos mais pobres ou menos adequados para o tipo de cultivo em causa.

¹⁵ Continuamos a pensar que a União Europeia é uma excelente *intenção*, mas que os nacionalismos europeus não estão suficientemente ultrapassados para garantir que se possa falar em coesão ou homogeneidade.

A emigração para a Europa faz-se, principalmente, à custa dos países limítrofes mais pobres e, no caso dos Estados terem tido colónias, à custa das populações destas.

É assim que podemos falar de comunidades islâmicas na Europa provenientes da Argélia, da Tunísia, de Marrocos, da Turquia, dos Estados do Médio Oriente, mas encontramos, também comunidades indochinesas, africanas (da África francófona, angolófona e lusófona).

A emigração, por si só, não constitui uma ameaça para a segurança, mas a existência de grandes comunidades culturalmente distintas e não integradas contribuem para a formação de bolsas de marginalidade, de ampliação do fenómeno de crescimento urbano descontrolado, para o consumo e tráfico de drogas e para possíveis afirmações de separatismo e confronto religioso, enfim, contribuem para a definição de um possível clima de violência.

2. Quadro de soluções

Naturalmente que numa sociedade que se pretende democrática e que defende — pelo menos teoricamente — os direitos do Homem, não são admissíveis soluções que impossibilitem ou limitem excessivamente a liberdade de circulação; naturalmente que numa sociedade que se baseia nas virtualidades do lucro, não se conseguem estancar os afluxos de mão-de-obra barata; naturalmente que numa sociedade que defende a igualdade não se podem deixar de fora os imigrantes quando se desenvolve a segurança social. Assim, as soluções para o excesso de emigração passam pelo estabelecimento de regras que, cerceando os movimentos migratórios descontrolados, permitam a rápida integração e absorção cultural do imigrante na sociedade de acolhimento por forma a esbater as diferenças — quanto mais rapidamente o trabalhador imigrado for integrado na sociedade e cultura que escolheu, tanto menores serão os confrontos e antagonismos.

VIII. Xenofobia

1. Conceito

A palavra deriva do grego *xeno* — estranho, estrangeiro — logo, estamos perante um sentimento de *medo* ou *repulsa* por quem é *estranho* ou *estrangeiro*.

Muitas vezes julga-se que só há xenofobia quando existem manifestações contra os estrangeiros. Ora, nada é mais falso; ela pode manifestar-se contra os indivíduos estranhos, quer porque o são fisicamente — deficientes —, quer porque têm comportamentos psicológicos diferentes — os esquizofrénicos, os homossexuais e, até, alguns tipos de maníacos depressivos.

Pode dizer-se ainda que há manifestações xenófobas em relação a certos grupos socialmente diferentes, tais como os que praticam religiões diversas das vulgares numa

determinada sociedade ou que têm costumes comportamentais pouco usuais dentro de um determinado grupo.

O conceito de xenofobia é, por conseguinte, muito mais abrangente do que se pensa à primeira vista; dir-se-á que ele existe sempre que houver manifestações de repulsa social contra grupos diferentes do comum.

Não se deve confundir xenofobia com chauvinismo. Na verdade, muitas vezes o segundo — amor exagerado pela Pátria — desencadeia o primeiro, mas este não obriga à existência daquele.

A xenofobia tem muitas causas e, quase sempre, estão associadas, sendo difícil isolá-las. Vamos tentar levar a efeito esse trabalho de análise somente com a intenção de facilitar a compreensão do fenómeno e, ao mesmo tempo, chamar a tenção para este fenómeno social como fonte de insegurança de dois sentidos: para os que são vítimas da acção xenófoba e para os que se julgam inseguros pelo facto de haver um grupo ao qual se opõem.

2. As causas económicas

Uma das razões mais comum para o aparecimento e desenvolvimento da xenofobia é o despeito económico que nasce da diferença entre certos grupos sociais. O caso mais flagrante ao longo dos séculos tem sido o da perseguição aos Judeus, a qual se revestiu de explicações diversas, mas na base está a falsa ideia de todos os Judeus são ricos.

Claro que a xenofobia, em particular contra os estrangeiros, pode ser consequência da taxa de desemprego aumentar numa determinada região e os naturais passarem a olhar os imigrantes como indivíduos que lhe «roubam» as possibilidades de emprego. Evidentemente que esta argumentação é de todo falsa, porque os imigrantes, normalmente, ocupam-se em trabalhos duros e humildes que os naturais não aceitam fazer em condições correntes.

São, também, motivações económicas que estão na base de certas exclusões sociais como as que ocorrem com os habitantes dos «bairros da lata», sendo, neste caso, a sua aparente pobreza o factor determinante da acção xenófoba.

A xenofobia com matriz económica é aquela que mais facilmente encontra acolhimento junto das pessoas em geral e, por isso, torna-se um dos elementos mais usados sem consciência da carga de insegurança que gera. Com efeito, sentir-se, de repente, excluído de um grupo social só porque economicamente se é diferente gera insegurança que pode ser determinante de confrontos físicos ou de acções tendentes a fazer desaparecer a aparente diferença — roubo ou tráfico ilegal.

Um dos casos de maior incidência social de xenofobia acontece nas grandes metrópoles de certos países sul-americanos contra as crianças sem abrigo, que vivem nas ruas. Elas são vítimas de perseguições e matanças como se de animais irracionais se tratassem e a sociedade sente-se impune perante essas acções, porque as crianças têm comportamentos margi-

nais. Há o esquecimento das determinantes que estão a montante da marginalidade infantil e assim, existe como que uma anestesia contra a marginalidade dos chamados «batalhões da morte» que actuam em perfeita impunidade.

Sobre a comunidade dos drogados, ou toxicodependentes, que vivem na rua, fazem-se sentir, também, acções de xenofobia já que são completamente marginalizados e «condenados» à prática da pequena e grande criminalidade — que podem levar a cabo, pelo menos alguns, mas não todos e nem sempre.

3. As causas religiosas

É vulgar, também, que a xenofobia resulte de diferenças religiosas, que podem ser tradicionais ou temporárias. Com efeito, há religiões que, pela tradição, se têm oposto e combatido; será, por exemplo, o caso da Católica Apostólica Romana e a Islâmica; ambas mutuamente se acusam de infiéis há vários séculos. Todavia, há religiões que, ou pela distância geográfica existente entre os seus praticantes ou por desconhecimento nunca se afrontam — será, por exemplo o caso entre o Catolicismo e o Budismo.

Muitas vezes, o predomínio numérico de praticantes de uma religião sobre os de outra gera situações xenófobas, em particular se aquela que está em minoria é, de alguma maneira, beneficiada ou se mostra mais proselitismo. Temos bem recentemente um exemplo de xenofobia religiosa que ocorreu na União Indiana aquando da visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II àquele Estado; os praticantes do Hinduísmo ameaçaram de extermínio a minoria católica e o próprio Papa com base na ocorrência de acções de conversão forçada há quinhentos anos.

Acontece, também, que a explicação para uma prática xenófoba de carácter religioso esconde, afinal, uma prática de natureza económica, política ou, até mesmo, cultural. Tem sido o caso de certos confrontos étnicos na Alemanha, depois da queda do muro de Berlim, quando se tornou mais notável o problema do desemprego entre Alemães.

A xenofobia religiosa é, quase sempre, uma xenofobia cultural ou, pelo menos, esconde-se sob essa capa e constitui um problema tão grave que há bem pouco tempo o Comissário Europeu António Vitorino anunciava a intenção de se fazer legislação comunitária contra este fenómeno de exclusão social.

4. Causas políticas

A xenofobia tendo como motivação as causas políticas resulta, quase sempre, da manifestação de uma intransigência e uma intolerância que anda ligada à falta de educação democrática e, por isso, manifesta-se muito mais nos Estados ou regiões onde prevalece uma falsa concepção de democraticidade ou onde ela não existe de todo.

O totalitarismo e o caciquismo são os princípios políticos onde mais prolifera a xenofobia. Até em Portugal ocorrem fenómenos desta natureza — ou, no mínimo, ocorreram no passado recente. Recordamos o caso mais evidente que é o da Região Autónoma da Madeira onde os continentais eram designados por *cubanos* — numa clara alusão ao comunismo de Fidel Castro — e onde, de quando em vez, explodem manifestações, mais ou menos, disfarçadas de xenofobia contra representantes dos órgãos centrais de soberania.

A luta contra qualquer tipo de manifestação xenófoba faz parte da boa formação cívica de qualquer cidadão, em especial daquele que sabe distinguir e respeitar as diferenças e, acima de tudo, sabe desenvolver o sentido de tolerância em relação a essas mesmas diferenças. E não se julgue que se trata exclusivamente de uma questão nacional; quanto mais se desenvolver a globalização nas suas vertentes sociais e culturais, mais tendência haverá para o aparecimento de manifestações xenófobas, nem sempre declaradas como tal, mas sempre atingindo os resultados do sentido da diferença e da intolerância. **A verdadeira dimensão do cidadão do país e do mundo está na capacidade que possui e desenvolve de aceitar o seu semelhante exactamente como ele é, respeitando-o como gostaria de ser respeitado.**

IX. Racismo

1. Conceito

Trata-se de uma doutrina que admite a superioridade de certos grupos étnicos sobre outros, indo ao ponto de aceitar a possibilidade de os dominar, controlar ou, até, exterminar. É um fenómeno social e político que tem as suas raízes no passado mais remoto da humanidade e confundiu-se muitas vezes com direitos que resultavam do poder militar exercido sobre povos vencidos.

O racismo «justificou», historicamente, a existência da escravatura e do genocídio, tendo-se tornado num dos mais terríveis flagelos que o Homem exerce sobre o Homem. Do Oriente ao Ocidente, da Antiguidade ao tempo actual, o racismo foi a fonte da qual se aproximaram os piores tiranos para dominar povos e territórios. A Bíblia — se considerarmos que na cultura greco-latina é uma das referências mais antigas — relata a existência de escravatura como consequência de manifestação do racismo, embora encobrindo este como o resultado da guerra.

Se quiséssemos determinar a origem do racismo concluiríamos que ele nasce do desejo de dominar política ou economicamente um grupo social diferente, assentando essa diferença no aspecto físico (étnico) ou antropológico (anatomia e fisiologia).

Como é sabido uma das mais bárbaras manifestações de racismo — ao mesmo tempo que de xenofobismo — foi a perseguição levada a cabo pelo regime nazi na Alemanha contra os Judeus. Contudo, não foi a última deste século que está a findar, porque racistas foram,

também, os genocídios praticados no Biafra, nos anos 60, na Etiópia, no Congo e, até, em Angola, ficando-nos pelos países africanos. Se quiséssemos enumerar casos ocorridos na Europa bastava-nos recordar os desmembramento da Jugoslávia e os confrontos entre os diferentes grupos étnicos que a compunham.

De facto, de todos os relatos que pudéssemos fazer ressaltava sempre a evidência de que o racismo é essencialmente um fenómeno social de inaceitação do Outro por razões meramente culturais. Só a compreensão de que as diferenças entre os Homens resultam de diferenças culturais — isto é, do modo de interpretar a Vida e vivê-la — é que pode levar cada um a aceitar o Outro na sua dimensão não necessariamente igual à nossa. Ora, a inaceitação pode ter fundamentos que se expressam por causas económicas, religiosas ou políticas.

2. Os grandes movimentos racistas do século XX

Independentemente dos exemplos que já referimos e que, no seu fundamento mais profundo, tiveram raízes de prática racista, os movimentos que mais se destacaram neste século pela prática do racismo mais abjecto foram dois: o *apartheid*, na África do Sul e a separação étnica nos EUA. Vejamo-los um pouco mais em pormenor.

O *apartheid* foi um dos movimentos racistas mais oportunista que a humanidade conheceu no século XX, porque, implantado, em 1948, no território da África do Sul, impunha a total separação entre Brancos e Negros, a qual chegava à não utilização dos mesmos meios de transporte nem dos mesmos hospitais nem escolas nem bairros nem cinemas. Tudo era separado menos o comércio, já que os Negros podiam entrar nos mesmos estabelecimentos dos Brancos e ali gastar o seu dinheiro.

Deve realçar-se que o *apartheid* não se limitava à separação entre Negros e Brancos, porque ia ao ponto de separar todas as etnias — Indianos incluídos. Pretendia ser a clara manifestação da superioridade da etnia branca num país onde existem as maiores e mais valiosas fontes de matérias-primas da Terra, nomeadamente ouro, diamantes e urânio, as quais eram, naturalmente, pertença de grandes companhias internacionais dominadas por capitais detidos em mãos de Brancos.

O *apartheid* era um sistema de separação rática que se explicava, segundo os seus defensores, pelo princípio do desenvolvimento paralelo, isto é, cada grupo étnico tinha o desenvolvimento socioeconómico possível dentro das suas capacidades; evidentemente que, entre as linhas paralelas que determinavam o desenvolvimento, havia uma distância imensa: enquanto os Brancos viviam em cidades modernas onde não faltavam os elementos fundamentais de urbanização e saneamento básico, os Negros habitavam bairros quase desprotegidos das mais essenciais comodidades.

Deve dizer-se, em abono da verdade, que o *apartheid* subsistiu politicamente na África do Sul à custa das colónias que rodeavam aquele Estado e serviam de *amortecedor* do

desenvolvimento de ideologias que impunham o reconhecimento das maiorias negras; quando Angola e Moçambique se tornaram independentes e a Rodésia (Zimbabwe) passou a ser governada pelos partidos de maioria Negra, o *apartheid* teve os dias contados. Este sistema, afinal, só foi possível vigorar e manter-se, primeiro, porque se sustentava da existência de colónias nas fronteiras da África do Sul; segundo, porque o mundo capitalista carecia de não hostilizar o maior produtor de ouro.

Quanto à separação étnica nos EUA ela foi uma realidade até ao começo da década de 70 e manifestava-se mais intensamente nos Estados do Sul do que nos do Norte. Na verdade, esta separação foi o resquício que ficou da Guerra Civil e representou sempre a inaceitação da igualdade entre Brancos e Negros. O seu fundamento era mais de natureza cultural, já que os Brancos continuavam a ver nos Negros os escravos que os haviam servido com um valor semelhante ao de qualquer animal doméstico.

A aceitação da desigualdade passava pela separação de convívio e de qualquer tipo de ligação duradoura. A luta pela igualdade em todos os Estados foi uma conquista efectivamente conseguida nos últimos trinta anos, mas ainda subsistem *bolsas* de inaceitação — embora cada vez mais reduzidas.

A separação étnica nos EUA foi fácil de manter em consequência da extrema pobreza em que vivia a maioria dos cidadãos Negros; a essa pobreza vinha juntar-se a falta de instrução herdada ainda do tempo da existência da escravatura. Contudo, uma vez que o Governo Federal não reconhecia a existência de desigualdades, a integração de muitos Negros nas Forças Armadas e na Polícia veio facilitar a luta anti-racista. Por outro lado, houve fenómenos que contribuiram para atenuar o separatismo, tais como: o elevado número de atletas Negros de gabarito olímpico que se impuseram à admiração e respeito da Nação americana, a luta desenvolvida por activistas do respeito pelos Direitos Humanos, como por exemplo, Martin Luther King que foi prémio Nobel da Paz e, até, em certa medida, o aparecimento de um movimento de orgulho pela sua etnia entre os Negros norte-americanos.

3. O racismo como causa de insegurança

Naturalmente que, quando o racismo deixa de ser um estado de espírito meramente individual para assumir a dimensão de um fenómeno de carácter social, ele trona-se em um elemento gerador de insegurança em vários sentidos.

Uma sociedade que vive separada por causas de natureza racista desenvolve no seu seio sentimentos de desconfiança e de luta, pelo menos, latente. Simultaneamente, geram-se manifestações de intolerância que apontam, quase sempre, para a culpabilidade do Outro, tornando-o no elemento indesejável e, até, dispensável.

Climas sociais desta natureza não são saudáveis e cultivam a desconfiança que, por seu turno, conduzem à falta de segurança que, em regra, gera situações de violência activa ou

expectante. A convivência em comunidades composta por elementos étnicos diferentes exige de todos uma maior educação cívica do que nas sociedades de uma só etnia. Esta necessidade agrava, quase sempre, as relações sociais, porque os sentimentos que prevalecem são os da cooperação dentro do mesmo grupo étnico e da concorrência e desconfiança entre grupos étnicos diferentes.

X. A energia nuclear

1. As vantagens

A primeira manifestação da energia nuclear foi feita com fins militares: foram os lançamentos das bombas atômicas, em 1945, sobre território japonês. Nesses dias toda a gente percebeu que se tinha descoberto um poder de destruição incomensurável.

A chamada «Guerra Fria» se foi uma corrida constante à produção e obsolescência de material bélico, foi, também, um caminhar ascendente no arsenal atômico por parte das grandes potências mundiais e uma travagem no acesso à tecnologia nuclear para fins militares por parte das médias e pequenas potências. Mas, a energia nuclear é sempre uma ameaça à segurança — mesmo quando utilizada nos designados programas pacíficos — pela margem de impossibilidade de controlo que desencadeia depois de posta em marcha. Todavia, a energia nuclear trouxe vantagens para a humanidade quando aplicada em certos domínios.

São particularmente importantes as aplicações do foro medicinal (radioterapia e cardiologia), mas são mais evidentes as utilizações que visam produzir energia eléctrica, dado o alto rendimento das centrais comparado com o baixo custo de produção e a «limpeza ecológica» (aparente e imediata).

É neste último domínio que a energia nuclear se torna claramente controversa, porque está ao serviço de uma produção industrial cada vez mais inserida na lógica do consumo neoliberal.

2. Os inconvenientes

A energia nuclear, sendo uma força difícil de controlar, apresenta um elevado índice de ameaça (mesmo não militar) para as populações, em particular como consequência das radiações e da contaminação radioactiva.

Desde o «inocente» consultório de raio X implantado em prédios de habitação, até às centrais nucleares, todo o trabalho com formas de energia atómica implica a possibilidade de «fuga» de radiações que, contaminando as populações, em larga ou diminuta escala, produzem efeitos devastadores, normalmente sobre a composição do sangue, aumentando em larga medida os glóbulos brancos e gerando anemias incontroláveis ou dificilmente controláveis.

XI. A propagação da SIDA e das doenças venéreas

A SIDA (Síndrome de Imuno-Deficiência Adquirida) desde que surgiu, na década de 80, fez milhões de vítimas em todo o mundo. Inicialmente tomada como uma doença que só atingia determinados grupos humanos — os homossexuais e os toxicod dependentes — acabou por se verificar que ninguém está livre de ser vítima do síndrome.

É uma verdadeira ameaça para a humanidade, porque tomou as características de uma pandemia, que só poderá ser combatida usando múltiplas frentes de «ataque»; as mais fundamentais passam pela educação cívica das massas populares, por normas básicas de higiene e protecção ligadas à actividade sexual, pelo controlo do uso de certas drogas (as injectáveis) e, até já, pelo controlo de certas espécies de seres vivos (mosquito em determinadas regiões do globo terrestre). É uma doença para a qual não se podem, nem conseguem, estabelecer relações de carácter político, económico ou social, porque o seu nível de propagação ultrapassa todas as barreiras de análise que se queiram estabelecer.

Tendo surgido como uma doença do âmbito da sexualidade, inicialmente pareceu vir substituir um flagelo que atormentou a humanidade até ao aparecimento dos antibióticos: a sífilis. Esta, depois de quase erradicada entre os anos 40 e 80, voltou a tornar-se uma doença perigosa, embora controlável.

Deve esclarecer-se que, até à 2.^a Guerra Mundial, o maior número de baixas que se verificavam nos exércitos tinham por causas as doenças venéreas (sexualmente adquiridas), ao contrário do que se poderia imaginar. Podendo incapacitar temporariamente, raramente sendo causa directa de morte, mas gerando lesões transmissíveis hereditariamente, as doenças venéreas hoje são quase todas clinicamente controláveis quando descobertas e tratadas atempadamente. O mesmo não acontece com a SIDA.

XII. A condução automóvel

É um facto que, pelo menos no designado «mundo ocidental» as mortes e os feridos em consequência de acidentes por má condução automóvel atingem números verdadeiramente assustadores, que são superiores aos das baixas ocorridas em alguns exércitos por acções em campanha. Quer dizer, o automóvel mata mais do que as balas nas guerras.

Este tipo de ameaça à segurança, que começa por ser individual e acaba sendo colectiva, tem raízes muito fundas, já que é paradigmático do tipo de sociedade que o grande desenvolvimento do mercado concebeu. Vejamos.

As empresas produtoras de automóveis estão interessadas em ampliar as vendas todos os anos, para isso fazem grandes campanhas publicitárias e «oferecem» aos potenciais compradores os elementos que mais os atraem: velocidade e um aparente conforto. Como os elementos que garantem uma maior segurança na condução são caros, os carros mais vendidos não os têm equipados; assim oferece-se a quem tem menos posses financeiras velocidade a troco de insegurança.

Pelo facto de existirem muitos automóveis em circulação os condutores exercem pressão, enquanto cidadãos, sobre os Governos no sentido de ampliarem, melhorarem e manterem as estradas dos seus países; ora esta pressão é exercida, maioritariamente, por aqueles que utilizam o automóvel ligeiro como meio de transporte e não pelos camionistas que transportam mercadorias. Quer dizer, os utentes *menos produtivos* das estradas são os que mais obrigam os Governos a gastarem em infra-estruturas rodoviárias.

Quanto maior é o número de automóveis ligeiros em circulação, maior é a poluição do meio ambiente, porque maior é, também, o consumo de combustível. Assim, as companhias produtoras de gasolinas e derivados estão altamente interessadas no crescimento do parque automóvel, não se preocupando com o esgotamento das reservas de combustíveis orgânicos e, menos ainda, com a implementação de soluções alternativas menos agressivas para a Natureza.

As pressões que, afinal, directa ou indirectamente, a indústria automóvel exerce sobre os Governos é de tal monta que não lhes dá margem para terem capacidade financeira suficiente para criarem uma rede de transportes colectivos que sirva *efectivamente* os potenciais utentes, tornando-se numa alternativa credível ao uso do automóvel como meio de transporte individual ou quase¹⁶.

A posse de um automóvel transformou-se num símbolo de importância e de sucesso do indivíduo na sociedade ocidental industrializada ou nas que tendem para esse padrão cultural e económico. O automóvel tornou-se numa arma mortal para quem o usa e para quem está sujeito a ser atingido por ele. Por este motivo, e complementarmente às razões apontadas, somos obrigados a reconhecer que, mais do que as rodovias e os automóveis, a grande ameaça à segurança nas estradas resulta da fraquíssima educação cívica de quem está por trás do volante. Só quando os condutores forem suficientemente educados para terem plena consciência de que o automóvel é hoje mais do que um meio de transporte, porque é uma arma, é que a taxa de mortalidade nas estradas poderá baixar.

Claro que a falta de civismo não pode ser imediatamente assacada ao condutor, porque ninguém nasce responsável. É necessário que os Governos comecem, na escola, campanhas de educação automóvel para que, mais tarde, quando as crianças forem adultos saibam comportar-se como cidadãos cautelosos. Mas essas acções não se fazem ou não têm êxito, porque a prática de tais níveis de civismo ia pôr em causa todo o sistema económico vigente, já que se apoia no consumismo *stressante*, que não deve permitir aos indivíduos a possibili-

¹⁶ É evidente que a grande alternativa aos transportes rodoviários são os transportes ferroviários, porque, embora sendo vultoso o investimento inicial, têm uma manutenção de exploração muitíssimo mais barata. Além de tudo o mais, viajar de comboio é mais cómodo e mais seguro do que viajar de automóvel. Este devia ser o meio de transporte complementar do comboio e não o contrário, como acontece actualmente.

dade para se interrogarem sobre a aceleração que a vida moderna lhes exige. Se Charlie Chaplin fosse agora vivo e realizasse a fita *Tempos Modernos* não poria, para ridicularizar o nosso quotidiano, um operário por trás de uma linha de montagem; bastava escolher a «hora de ponta» de qualquer grande cidade e filmar a tensão e a agressividade espelhadas no rosto de toda a gente. Uma condução automóvel segura passa pela tranquilidade de espírito de quem conduz e essa atitude é o reverso do que se exige, *verdadeiramente*, do Homem do nosso tempo.

OS RISCOS AMBIENTAIS

I. O crescimento e o desequilíbrio ecológico

O mundo actual, assente na produção massiva da indústria, agride constantemente a Natureza e, por conseguinte, o meio ambiente onde todos nós nos inserimos. Essa agressão acaba gerando uma ameaça à vida do Homem. É nessa perspectiva que convirá analisar alguns dos riscos ambientais que nos cercam.

1. Indústrias depredadoras

Podemos designar assim todas as indústrias que de forma definitiva destroem a Natureza ou, em última análise, destroem a sua capacidade de reposição. Estão nestes casos todas as indústrias que consomem matérias-primas que não se podem repor ou que pelos efeitos colaterais de funcionamento afectam destrutivamente o ambiente. Vejamos alguns exemplos.

Entre outras, as indústrias que consomem carvão mineral estão no primeiro caso, tal como as que utilizam as ramas de petróleo ou as que fabricam produtos que destroem a camada de ozono; estão no segundo caso, no meio das mais, as indústrias de produção de pasta de papel, as de curtimenta, as madeireiras.

Quaisquer que sejam as indústrias deste tipo carece de ser rapidamente regulamentado o seu funcionamento, porque o crescimento do parque fabril foi tão acelerado nos últimos cem anos que, a um ritmo igual, dentro de uma centúria estão esgotadas as matérias-primas naturais e criadas condições ambientais completamente hostis à vida do Homem na Terra.

2. Outras actividades depredadoras

Naturalmente que uma economia que se fundamenta em exclusivo nos mecanismos do mercado não se limita a ter indústrias depredadoras, pelo contrário, quase poderemos dizer que todas as actividades económicas o são. Estão neste caso as mais tradicionais tal como a pesca e a caça.

Com efeito, só muito recentemente se começaram a tomar medidas protectoras de algumas espécies animais que se encontram em fase de extinção mas, mesmo assim, ainda continuam a ser perseguidas por caçadores ou pescadores furtivos (focas, lontras, martas, baleias, cachalotes, elefantes, tigres, para citar os mais em evidência).

Há actividades que parecem ser inocentes quanto à agressão ao ambiente, mas que, no entanto, causam estragos incalculáveis. Tal acontece com a destruição das florestas — quer por simples corte quer por incêndio —, o consumo excessivo e incontrolado de água potável, muito especialmente o dos lençóis mais profundos do subsolo, o enterramento de lixeiras, a largada no mar alto de contentores — ainda que ditos «seguros» — com resíduos tóxicos ou

radioactivos, o uso de fertilizantes químicos na agricultura, também, e só, para citar os exemplos mais gritantes.

Nunca é excessivo repetir que, particularmente, nos últimos cinquenta anos o Homem tem agredido de todas as formas possíveis a Natureza, criando condições, que com muita dificuldade, podem ser restauradas por ela. Ora, quando a Natureza não repõe uma situação de equilíbrio anterior, mais tarde ou mais cedo, o desequilíbrio vem a ser pago pelo próprio Homem. A inconsciência nesta destruição sistemática resulta do facto dos efeitos não serem imediatos e, em norma, só se fazem sentir uma a duas gerações (trinta a cinquenta anos) depois dos atentados; no fundo, as agressões à Natureza são actos de violência retardada sobre a própria humanidade. Pelo facto de haver atraso nos efeitos há impunidade para a acção e há como que uma anestesia e um egoísmo colectivos sobre as consequências, já que hoje se esquece, ou parece esquecer, que as grandes vítimas de toda esta conjuntura vão ser os nossos filhos ou, em última análise, os nossos netos. Uma tal postura colectiva configura indiferença e desejo de *viver tudo hoje para não deixar nada para quem vier a viver amanhã*.

3. Mineração depredadora

Já fizemos referência ao carvão mineral e à possibilidade de em poucas dezenas de anos se esgotarem as reservas que ainda existem, tal como referimos, também, idêntico problema em relação ao petróleo (note-se que há mais de cinquenta anos que se sabia que o petróleo brota naturalmente do subsolo de Timor e, no entanto, nunca foi explorado porque a sua qualidade é inferior; contudo, todo o conflito que, nas últimas décadas, se gerou à volta daquele território tem origem fundamental no «ouro negro», que, há cem anos, era qualitativamente desprezível!). Há outros minérios que já estão em vias de extinção nas zonas onde normalmente eram extraídos (o crómio, por exemplo, razão pela qual os pára-choques dos automóveis deixaram de ser feitos em metal cromado) e obrigam à sua substituição por materiais chamados *compósitos* (de origem química).

O problema mais grave neste domínio é que a exploração não controlada dos minerais existente no subsolo da Terra acaba por levar ao seu desaparecimento em curto espaço de tempo comprometendo, deste modo, todo o futuro da humanidade, por não haver, em alguns casos, alternativas.

Associado ao problema da depredação mineira vem o facto de ela já se estar a fazer em zonas do globo onde não tem aplicação directa nas indústrias locais; quer dizer, o «mundo» industrializado já gastou as suas reservas mineiras na laboração das indústrias que domina e, agora, está a gastar as de regiões que, não tendo capacidade industrial de momento, quando a tiver já não possui minerais.

4. A camada de ozono

O ozono é um gás que se concentra nas altas camadas da estratosfera, cuja composição é semelhante à do oxigénio, simplesmente, enquanto a molécula deste tem dois átomos, a daquele tem três.

O valor principal do ozono, na Natureza, é servir de «guarda-sol» da Terra, uma vez que «protege», em especial a vida animal, dos efeitos nefastos dos raios solares. Na verdade, o Sol e as suas radiações, que tantos benefícios podem provocar ao crescimento humano, podem, quando lhe são retirados alguns dos gases «protectores» que se interpõem entre a atmosfera da Terra e a estratosfera, ser altamente destrutivos. Um dos efeitos mais notáveis dessa falta de protecção é a cegueira, tanto nos homens como nos animais. Isso mesmo já se está a verificar em certas espécies, nomeadamente nos coelhos, das regiões próximas da Antárctida — sul da Patagónia —, outra é o aumento das doenças de pele, particularmente, o cancro, por exposição moderada aos raios solares.

A diminuição da camada de ozono vem-se verificando, com dados seguros e fiáveis, há três dezenas de anos e é consequência da utilização de certos outros gases que se usam em algumas indústrias, como por exemplo, na dos chamados aerossóis que enchem à pressão as latas de desodorizantes, de laca para o cabelo, de insecticidas e de toda a gama dos denominados *sprays*, na dos frigoríficos e aparelhos de ar condicionado.

Se, em certos artigos, é possível a substituição dos gases que atacam e destroem o ozono, outros há que não têm alternativa ou, a existir, é mutíssimo mais dispendiosa.

Uma das «soluções», em tempos levantada, passava pela redução do fabrico de frigoríficos e de aparelhos de ar condicionado, mas colocou-se, de imediato, uma onda de protesto por parte dos Estados que geograficamente se localizam nas zonas quentes da Terra e que, para além de carecerem mais deste tipo de aparelhos, são mais pobres do que aqueles que usam e abusam de tais maquinarias.

Esta polémica veio, outra vez, levantar a questão de serem os Estados do hemisfério norte da Terra a serem responsáveis pelos maiores estragos ecológicos do planeta e, depois, quando chega o momento das restrições quererem-nas impor, em partes iguais aos Estados do hemisfério sul, que são em geral mais pobres e menos responsáveis pelos desequilíbrios ambientais. Enquanto se não tomam medidas drásticas contra a destruição da camada de ozono, a verdade é que ela continua e, conseqüentemente, arrasta todos os malefícios que comporta.

5. Desequilíbrio ecológico

Com tudo o que dissemos já antes, pode concluir-se que o crescimento económico, que pressupõe um crescimento industrial, extractivo e comercial, coloca em risco o equilíbrio ecológico do planeta. E esse risco, sendo global, só é consequência da acção da parte tecnologicamente mais avançada; quer dizer, o bem-estar de uns prejudica todos.

Assim, não é plausível concluir que o progresso não tem um preço, nem que a opção de evoluir tecnologicamente não passa por uma opção política. Pelo contrário, cada vez mais o avanço tecnológico é um acto político, tal como é um acto público. Com efeito, com ou sem razão científica, as populações cada vez mais se manifestam contra opções técnicas e políticas que afectam a sua qualidade de vida, muitas vezes já bastante degradada — é um direito que lhes assiste defenderem o ambiente onde habitam e vivem.

O desequilíbrio ecológico que a ausência de esclarecimento público e a crença nos conhecimentos «infalíveis» dos técnicos tornou possível durante os anos 50 a 80, já encontra, em algumas circunstâncias, fortes oposições populares. O problema não se põe em saber se às contestações populares assiste a razão científica; o problema põe-se é em saber se os técnicos podem garantir plenamente que determinados avanços tecnológicos não trazem consequências ambientais hoje e não as trarão no futuro. É que, nos tempos que correm, as descobertas tecnológicas são de tal modo rápidas, de tal forma economicamente rentáveis e de tal maneira ultrapassáveis pelo desenvolvimento, que, muitas vezes, não interessa aos investidores averiguar do impacte ambiental — que, na maior parte dos casos nem está calculado nem é conhecido — obrigando-os a avançarem para afirmações de segurança que não passam de meros desejos; nestas circunstâncias as populações têm como direito oporem-se ao progresso.

A problemática equacionada levanta um outro tipo de questões: o do desenvolvimento sustentado, ou seja, aquele que garanta que não prejudica o ambiente **agora**, nem vai prejudicar **no futuro**. Por outras palavras, não pode haver progresso a qualquer preço.

II. A poluição

1. Do ar

O ar que todos nós respiramos, antes do grande surto industrial do século XVIII e XIX, era bastante mais puro, visto que a «sujá-lo» só havia os incêndios naturais ou não e os fumos domésticos ou semelhantes; nada mais era exalado para a atmosfera.

Nos últimos cem anos a poluição foi agravada com os fumos das grandes fábricas — fossem altos-fornos para produção de ferro e aço, fossem fábricas cimenteiras, fossem fábricas de produção de papel, fossem refinarias de petróleo, fossem centrais termo eléctricas, fossem «inocentes» navios a vapor ou comboios ou, ainda, os mais «insignificantes» automóveis. Todos os resíduos gasosos são «despejados» na atmosfera que respiramos. E a maior parte desses resíduos é constituída por dióxido de carbono o qual é, também, um dos intervenientes no efeito de estufa que se está a verificar com alteração do clima da Terra.

Naturalmente que a poluição é mais uma das consequências da não planificada industrialização que o crescimento económico vem impondo à humanidade. Não se deve, embora se possa, culpar directamente esta ou aquela actividade económica pela poluição; isso

seria incriminar o agente, desculpando o mandatário. Na realidade, o que está em causa é todo um sistema produtivo e todo um sistema político que o consente. A opinião pública, embora não descurando a actividade dos agentes poluentes — as fábricas e certas actividades económicas —, deverá ser orientada para culpar os verdadeiros responsáveis: os Governos e o sistema produtivo.

Muito certamente que, a ser possível a alteração do sistema produtivo, isso iria afectar custos e condições de vida a que estamos habituados, mas iria permitir pôr fim a uma série de doenças que se estão a tornar crónicas e a MATAR a humanidade a um ritmo assustador. O individualismo, característico da sociedade em que vivemos, terá de ceder o lugar à preocupação com o bem-estar colectivo. Esse é o grande desafio do século XXI.

2. Dos solos

A primeira e mais antiga forma de poluir os solos é através da criação de lixos que não se biodegradam, isto é, que não são transformáveis pela acção dos elementos naturais em produtos outra vez naturais (uma garrafa de vidro não é biodegradável, enquanto que um cântaro de barro acaba, por acção «do tempo», por voltar a ser terra). Quanto mais lixo o Homem faz, mais difícil se torna fazê-lo desaparecer da superfície da Terra.

Até há alguns anos faziam-se lixeiras ao ar livre, procedendo à queima dos lixos possíveis de serem combustíveis e enterrando o conjunto de cinzas e restos não tratados. Naturalmente que este processo era poluente da atmosfera e dos solos e, no que respeita a estes, enterrar lixos equivale a fazer entrar na cadeia alimentar humana e animal uma série de produtos tóxicos. Esse ciclo faz-se através das águas pluviais que arrastam para os lençóis mais profundos elementos tóxicos que, ou vão desaguar no mar, ou acabam nas torneiras de nossas casas.

Os líquidos poluídos são o segundo agente poluente dos solos já que arrastam elementos que os vão contaminar, continuando a ser a água o veículo que os transporta.

Parecendo pouco importante este tipo de poluição, basta recordar que há produtos que se não degradam nunca e que são usados na indústria — o mercúrio, na curtimenta — e vazados nos rios; para além do efeito imediato sobre a biologia fluvial vai-se fazer sentir esse efeito nas águas do mar, razão pela qual há peixes que já apresentam deformações características da ingestão de certos agentes poluentes — o caso do mercúrio. Naturalmente esses peixes, mais tarde ou mais cedo, entram na cadeia alimentar humana e vão provocar malformações idênticas às que já haviam suportado.

Às vezes, os mais «inocentes» produtos são os mais poluentes e perigosos. Recordamos o caso do DDT, que, há algumas dezenas de anos, era usado como insecticida no Homem, nos animais e, até, nas plantas; ocorre que este produto não é solúvel na água e, por conseguinte, acabava sendo ingerido pelos animais — Homem incluído.

3. Das águas e dos mares

Como a vida constitui um sistema fechado, acontece que os diversos processos poluentes acabam impondo-se uns aos outros em verdadeiro ciclo — poluir a atmosfera é poluir os solos e a poluição destes é a conspurcação das águas. Todavia, há casos gritantes de poluição directa das águas; de alguns já falámos — exemplo das águas fluviais que servem de via de escoamento dos resíduos de certas indústrias.

A poluição mais evidente das águas superficiais é a que se faz pelos despejos, sejam fabris, sejam urbanos. No passado não se levava em grande linha de conta a condução dos esgotos para os rios ou para os mares, porque as quantidades poluentes eram, realmente, insignificantes. Contudo, com o surto de desenvolvimento fabril do século XIX e XX e com o aumento de dimensão das cidades, as técnicas usadas em centúrias anteriores tiveram de ser eliminadas; no entanto, por serem mais baratas foram-se arrastando por tempo indeterminado, de tal forma que, entre nós, ainda subsistem em algumas cidades e indústrias — a adesão à Comunidade Europeia veio contribuir para acelerar o processo de desaparecimento destes métodos tão antigos.

Modernamente outra forma de poluir as águas dos mares tem sido a lavagem, longe das costas, dos depósitos dos grandes navios petroleiros, originando as chamadas marés negras. No entanto, o mais recente risco de poluição das águas dos mares resulta do lançamento no fundo dos oceanos de contentores especiais — supostamente invioláveis e capazes de resistir uma «eternidade» — com resíduos radioactivos provenientes de centrais nucleares. Deve ficar claro que no caso de haver um desastre e um destes contentores se abrir a contaminação radioactiva das águas dos mares terá, nalguns casos, a duração de mais de um milhar de anos, o que impossibilitará o consumo de qualquer espécie marinha durante esse tempo. Estaríamos em presença de um desastre ecológico de dimensões impensáveis e incontroláveis... e não se trata de ficção científica!

III. A desertificação

1. A redução das florestas

A desertificação das florestas deve-se a dois fenómenos: um de natureza climatérica e outro de natureza humana. Trataremos do segundo.

Como é sabido as florestas constituem a fonte renovadora de oxigénio da Natureza, por causa do chamado fenómeno da fotossíntese, que consiste na fixação do dióxido de carbono e libertação de oxigénio por parte das plantas verdes durante o dia (à noite inverte-se a operação). Ora, numa altura em que a produção de dióxido de carbono atinge limites extraordinários, qualquer redução da área florestal contribui para o aumento daquele gás tóxico na atmosfera. E essa redução é feita em larga escala nas maiores florestas da Terra — nomeada-

mente na Amazónia — com o intuito de as substituir por pastagens, dado que estas são mais rentáveis do que aquelas¹⁷.

Deve notar-se que a devastação das florestas tropicais se tem vindo a fazer de uma maneira ainda mais criminosa, já que para tonar mais rápido o desbaste provocam-se incêndios que atingem proporções incontroláveis e, claro, mais uma vez se está a consumir o oxigénio da atmosfera e a poluí-la.

As zonas florestais que sofrem desbastes acabam determinando alterações climáticas, pois que, na zona, o grau de humidade ambiental baixa significativamente e reduz-se a quantidade de pluviosidade média, dando, assim, lugar a que regiões naturalmente húmidas passem a ser «naturalmente» secas e, em poucos anos, as próprias pastagens — que no início pareciam prósperas — deixam de ser rentáveis. Deve acrescentar-se que, em geral, o solo das florestas tropicais não é particularmente fértil, ao contrário do que se julgava há algumas dezenas de anos; toda a fertilidade aparente resulta do húmus — camada de folhas e detritos orgânicos originados nas árvores os quais revestem o solo — que é muito pouco espesso; desaparecendo aquele desaparece a «fonte» de fertilidade.

A outra causa «natural» da desertificação está ligada a um fenómeno que só recentemente se identificou e que foi «baptizado» com a designação «El Niño».

Trata-se de um aquecimento superficial (às vezes até cinquenta metros de profundidade) da água do Oceano Pacífico em certas zonas, correspondendo a um arrefecimento noutras; esta variação provoca alterações ao nível da fauna marinha e alterações em altitude, dando lugar a chuvas torrenciais onde não é suposto havê-las e secas onde habitualmente chove. Quando esta última situação ocorre sobre regiões florestais, as plantas secam e o terreno até então fértil, passa a árido. «El Niño» tem afectado climatericamente a floresta sub-saariana e a floresta da América equatorial, com grande incidência no nordeste brasileiro.

2. O aquecimento do planeta

Já anteriormente nos referimos ao efeito de estufa e ao aquecimento geral do planeta que é uma consequência do aumento significativo do escape para a atmosfera do dióxido de carbono resultante da imensidade de combustões que se verificam dia e noite em toda a Terra. Não abordámos um dos efeitos desse aquecimento: o degelo, em especial, da Antárctida e o consequente aumento do nível médio das águas do mar.

Para além de poderem estar submersas, dentro de algumas dezenas de anos, determinadas zonas costeiras, há ainda um outro risco tremendo que se associa ao degelo dos pólos, ou de um só: o desvio do eixo de rotação da Terra como consequência de perda de peso. Se tal

¹⁷ Claro que antes da rentabilidade das pastagens vem logo a das madeiras cortadas, normalmente exóticas e vendáveis a preços cada vez mais elevados.

vier a acontecer, dá-se uma catástrofe geral e planetária, porque haverá, quase repentinamente, uma transferência das zonas líquidas do planeta das regiões onde agora se encontram para outras, deixando a descoberto regiões que, até então, estavam submersas.

Conservar a Terra com a aparência que ainda tem passa por travar o aquecimento da atmosfera envolvente e por procurar manter os diferentes climas sem alterações significativas, mas tudo isso passa, também, por, depois de tomar consciência de todos os riscos, encontrar uma nova forma de estar e viver *neste* planeta. Ora, já que quase toda a culpa das alterações ocorridas e que possam vir a ocorrer advém do modo como se produzem os artefactos que actualmente usamos no nosso dia-a-dia, parece inevitável que seja seriamente repensado esse sistema de produção por forma a dar lugar a outro que não constitua uma agressão ecológica, mesmo que, para tal, os nossos hábitos de consumo tenham de ser alterados. Todos nós ainda temos a mentalidade de passageiros do *Titanic* , porque acreditamos que o planeta é «inafundável», quando, neste momento preciso, ele já tem «rombo» aberto e começa a «meter água», simplesmente a «orquestra» ainda continua a «tocar» e poucos acreditam no «naufrágio».

3. A falta de água

Embora já tenhamos abordado muito sumariamente esta questão, tornamos a ela quando nos debruçamos sobre o problema da desertificação, porque, se por um lado, o aumento da temperatura ambiente do planeta provoca a subida do nível médio das águas do mar, por outro, faz reduzir a quantidade de água potável.

O aumento da população global, a maior concentração em agregados urbanos, leva a que o consumo de água potável seja maior e, pior do que isso, o chamado consumo inútil se faça sentir cada vez mais. Esta pressão tem como resultado que, em cada ano que passa, os homens procurem soluções para a falta de água superficial, usando furos que permitam o consumo das toalhas de água subterrâneas, ou seja, que se esgotem as verdadeiras reservas existentes na Terra.

O gasto de água superficial não se deve só às razões que acabamos de apontar; o uso de fertilizantes na agricultura contamina a água dos rios e lagos, tornando-a imprópria para consumo doméstico. Este desperdício é uma consequência da utilização de terrenos cada vez mais pobres na agricultura, porque os bons solos estão ocupados pelo cimento das cidades.

Bem perto de nós, na Andaluzia, os efeitos da seca já tem levado os agricultores — em acto de desespero e de ignorância — a fazer a rega dos laranjais próximos da orla costeira com água do mar. Diga-se de passagem que, procedendo assim, salgam as terras e tornam-nas improdutivas. Aliás, o Governo espanhol, seguindo uma política de protecção à sua agricultura, tem alterado o curso dos rios, desviando águas de uns para outros, facto que começa a prejudicar a agricultura portuguesa que passa pela possibilidade de ver rios internacionais fica-

rem quase sem caudal. Este procedimento ilustra bem a importância da escassez de água não só já ao nível do consumo doméstico como ao do agrícola.

DELINEAMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA

I. A opinião pública como arma estratégica¹⁸

Podemos entender por *opinião pública* vários aspectos da mesma realidade, mas, no limite, será um *árbitro*, *uma consciência* ou, até mesmo, *um tribunal*. Por isso a *opinião pública é uma força política*.

A opinião pública assume quatro formas de se manifestar: a) *opinião claramente expressa*; b) *opinião oral* (toma muitas vezes a forma de boato); c) *sufrágio universal* ou *sondagem de opinião*; d) *referendo*.

A primeira, é normalmente identificada como *opinião pública “aberta”* ou *“sentimental”*, porque corresponde a uma opinião pouco elaborada que resulta mais do impacto de certos acontecimentos; as duas últimas são identificadas como *opinião pública “profunda”*, porque só se mostra, normalmente, através de métodos especiais de investigação.

A opinião pública é, por conseguinte, na maioria das vezes, consequência de uma motivação sentimental que apela pouco ao realismo e à imparcialidade. Os grandes condutores da opinião pública sabem que é através do sentimento que conseguem fazê-la variar; raramente há uma lógica *racional* que defina a opinião pública; quase sempre para se chegar à racionalidade tem de se fazer *passar a mensagem pela via sentimental*. Numa discussão que se pretenda *técnica*, basta o uso de um simples argumento emocional do tipo *slogan* para, de imediato, o discurso entre os intervenientes se alterar e passar a ser feito na base *sentimental*, por conseguinte, na base da argumentação não racional.

1. Formação

A opinião pública forma-se em função do modo como as informações transmitidas são recebidas; quer dizer, nem toda a informação difundida é fielmente reproduzida por quem a recebe — isto pode acontecer como resultado de uma acção premeditada ou não (no geral a deformação da informação ocorre inconscientemente) — dando origem à subsistência de uma opinião que aumenta mais deformada quanto mais difundida.

A formação da opinião pública resulta, pois, de um processo informativo que se deturpa. Este fenómeno é consequência da maior ou menor aceitação da informação difundida; quer dizer, quem recebe a informação aceita-a ou recusa-a. Tal atitude é motivada pela «simpatia» que a informação provoca no receptor. Assim, pode dizer-se que a opinião pública — que, em relação a determinado assunto, é sempre pouco duradoura, isto é, rapidamente se deixa ultrapassar por outra mais moderna — depende mais de quem recebe a informação do

¹⁸ Neste capítulo seguimos muito de perto os ensinamentos de Alfred Sauvy fornecidos na sua obra *A Opinião Pública*, que mencionamos na bibliografia.

que da «qualidade» desta, facto que explica a preocupação de quem informa em procurar ir ao encontro do que julga ser «bem aceite» pelo receptor. Essa é a justificação para a necessidade que os órgãos de difusão de informação conceberem uma estratégia informativa, ou seja, não se informa tão livre e inocentemente como se pode imaginar.

Frequentemente levanta-se o problema de conhecer a opinião pública. Ora, para isso existem vários processos, sendo um dos que se julga mais eficiente a «sondagem» da opinião. No entanto, este processo não corresponde a um verdadeiro conhecimento da opinião pública, na perspectiva em que a aproximação matemática pode dar-nos simplesmente a opinião fortemente expressa e não a opinião profunda. Na verdade, a técnica da sondagem pode afastar as respostas certas e correctas até pelo modo como se fazem. A sondagem capta somente uma «parte» da opinião pública.

Outro método de determinação da opinião passa pela análise das opiniões transmitidas por certos centros de informação, tais como os jornais, as revistas, as rádios e as televisões. Aí o que se vai encontrar é uma opinião individual aberta que veicula a opinião de muitas outras pessoas — mas que, também, ajuda a formar a opinião de outras tantas — que pode ser favorável ou desfavorável aos nossos próprios pontos de vista, enquanto observadores ou investigadores. Ora, como se disse, o método «passa pela análise» e não pela sua *quantificação*, logo, o mais que se pode fazer é tentar analisar e confrontar opiniões semelhantes e opostas e concluir.

Entre o método de sondagens e o da análise da opinião transmitida por certos centros há uma gama de outros possíveis que não são mais do que a junção de ambos em doses variáveis e adequadas às circunstâncias que determinam a busca do conhecimento da opinião. A escolha do método é pois determinante e tem de ser feita com cautela e levando em conta que não é única e nem é decisiva.

2. Como se influencia

Já que a opinião pública depende, em parte, de factores que são inerentes a cada indivíduo e, noutra perspectiva, de elementos que podem ser «trabalhados» a partir de fora, a melhor forma de influenciá-la é contar com estes últimos.

Realmente, um dos apelos que se pode fazer é ao mito do «passado cor-de-rosa» ou ao da «idade de ouro». Com efeito, todos nós temos imaginado que algum período do nosso passado individual e colectivo foi francamente melhor do que a actualidade que vivemos; nesse passado «fomos felizes». Ora, nada melhor para tornar o presente insuportável do que recordar «esses tempos» situados indefinidamente algures no passado (há um anúncio radiofónico a um hipermercado que trabalha a ideia de preços «fora de moda» pondo uma «pessoa de idade» a recordar que ainda «é do tempo» em que se compravam os produtos a determinados valores; neste caso está-se a fazer um apelo directo à «idade de ouro»). Inteligentemente

os órgãos de informação tornam, muitas vezes, a vida num inferno aos políticos, fazendo «passar» ideias que, com algum disfarce, «recordam» o lado bom de épocas idas.

Um dos processos usados para «fazer» de alguém uma «excelente» pessoa é esperar que ela morra; nessa altura os defeitos «desaparecem» e só ficam as imagens agradáveis. É deste modo que nascem os mitos, tanto políticos como desportivos.

Quando pensamos em D. Afonso Henriques imaginamo-lo com uma elevada estatura, o mesmo acontecendo com D. Nuno Álvares Pereira. Essa ideia resulta do facto de eles serem mitos históricos; no entanto, a verdade científica é outra: tanto o nosso primeiro rei com o Santo Condestável tinham uma estatura média, não passando este último do metro e sessenta. Trata-se de um exemplo da utilização do mito do «passado cor-de-rosa».

Outro mito que pode ser explorado para formar (ou deformar) a opinião pública é o da «abundância». Deriva dos anteriores e assenta na ideia de que é possível fazer crescer a produção e os rendimentos de modo a satisfazer as necessidades de todos.

Este mito está na base da globalização e do consumismo, já que, parece, basta alcançar a capacidade de crédito mínima para se poder começar a comprar o que não se sonhava que poderia ser nosso, por outro lado, quanto mais a informação é global — ou aparentemente global — mais se tem a sensação de que o bem-estar é comum a toda a gente; a pobreza, a miséria em que se debatem alguns povos assumem a dimensão de factos estranhos e marginais ao «mundo em que vivemos». Tornámo-nos, em face da miséria, por força do mito da abundância», nos Judeus que atiravam para os fornos crematórios os cadáveres dos seus companheiros de infortúnio; ganhámos a sua frieza e indiferença. O mito engoliu-nos! Mas não nos podemos esquecer que o mito é uma construção que todos os dias é levada a cabo pelos meios de informação; são eles que criam as ilusões que nos cegam completamente.

O mito da abundância veio pôr a descoberto uma das maiores aflições do nosso tempo: o desemprego. Na verdade, de dia para dia, cresce o número de desempregados, em especial entre aqueles que nunca tiveram emprego nenhum. Este desemprego é um resultado directo do mito, porque a pressão da falta de emprego faz-se sentir nas áreas laborais onde se julga que o emprego dá acesso à abundância. Um empregado braçal — um pedreiro, um ladrilhador, um marceneiro, um carpinteiro — ganha mais por mês do que muitos licenciados por boas universidades, contudo a profissão que tem não o coloca no estatuto de consumidor da abundância, embora o coloque, efectivamente, com capacidade de consumo, por isso, esse trabalhador, quando é pai, deseja para o filho não a verdadeira capacidade, mas o estatuto e, então, surge o desemprego para o filho.

Como se vê a opinião pública é basicamente influenciada por recurso a certos mitos, embora as duas técnicas mais utilizadas assumam designações diferentes: publicidade, quando se pretende agir sobre os consumidores; propaganda, quando a intenção é actuar sobre a opi-

nião dos cidadãos enquanto eleitores. Em ambos os casos o fim que se quer alcançar é sempre o de uma adesão: a um produto ou a uma ideia.

No jogo de influência sobre a opinião a verdade completa e recta não é a melhor arma; a verdade deve ser tratada de mistura com a mentira, deve ser doseada com a ilusão e o desejo, deve ser mais emotiva do que fria e científica. Toda a mensagem que visa mudar a opinião deve ser repetida até à exaustão, embora alterando-lhe as «roupagens» e tem de mostrar-se «forte» ao contrário de se apresentar titubeante e fraca.

II. A defesa do equilíbrio ecológico — algumas organizações

1. A ONU

A situação em que actualmente se encontra o ambiente tem vindo a gerar, de algumas dezenas de anos para cá, verdadeiros movimentos de massas que em certos países desenvolvidos assumem grande importância. Esses movimentos, geralmente políticos, começaram por ser fortemente contestados, porque foram, durante a «Guerra Fria» no Ocidente, conotados com os partidos comunistas; todavia, depois da queda do bloco de Leste mantiveram-se esses movimentos, porque, afinal, os desrespeitos pela Natureza continuaram.

Os chamados partidos políticos «verdes» são os movimentos mais conhecidos e que maior acção têm desenvolvido na consciencialização dos cidadãos a respeito da insegurança que as constantes agressões à Natureza provocam. Há países onde os partidos ecologistas têm uma grande importância política, como é, por exemplo, o caso da Alemanha.

Há, também, entre outras, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF)

A organização internacional que mais tem pugnado na luta contra os ataques feitos pelo Homem ao equilíbrio da Natureza tem sido a *Greenpeace*. Com efeito, desde 1971 que esta organização tem desenvolvido diferentes formas de luta pela defesa da Terra — seja ao nível do combate às experiências nucleares, seja no ataque à colocação de lixos tóxicos em países subdesenvolvidos, seja contra a utilização dos fundos dos mares como «caixote de lixo atómico» oriundo das grandes centrais nucleares, quer contra os «acidentes» petrolíferos ocorridos no mar — e se tem espalhado por vários países incomodando fortemente certos Governos e certas indústrias.

Em Portugal, além do Partido Os Verdes, existe uma associação de defesa do meio ambiente designada *Quercus* que, à semelhança das suas congéneres estrangeiras, tem uma acção essencialmente de publicitação dos graves atentados contra a Natureza e de consciencialização das populações para a necessidade de preservar o meio ambiente.

A grande autoridade internacional em matéria de defesa da Terra é, sem dúvida, a ONU. A ela se devem as iniciativas de realização de conferências ambientais — como foi o caso da de 1992, no Rio de Janeiro —, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climá-

ticas e Plano das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Todavia, enquanto certas organizações particulares podem ser mais agressivas na luta contra os ataques à Natureza, as que dependem da Nações Unidas tem de prosseguir um caminho mais conciliatório de modo a não gerarem rupturas.

Esta atitude da ONU é estrategicamente mais correcta, porquanto o envolvimento e adesão das massas populares à causa da defesa da Terra é inevitável, enquanto que os «patrões» das grandes indústrias poluentes e devastadoras dos recursos naturais são clara ou disfarçadamente contra todas as acções que possam encarecer a produção e, de um modo geral, todas as medidas preventivas no domínio ecológico são muito caras. A ONU tem de agradar, como popularmente se diz, a Gregos e a Troianos.

Independentemente das acções de organismos com vocação para a defesa da vida na Terra, é fundamental que os órgãos de comunicação de massas estejam em permanente alerta e sejam capazes de contribuir para a formação de uma saudável opinião pública a este respeito dentro de um quadro realista e equilibrado.

2. As conferências internacionais

As conferências internacionais sobre defesa do ambiente têm alguns efeitos benéficos e outros que o não são tanto. Vejamos.

Do ponto de vista das vantagens, as grandes reuniões de altos responsáveis políticos internacionais para discutirem problemas relacionados com o ambiente e com a sua defesa, são um óptimo elemento de propaganda, porque chamam a atenção da opinião pública para essas questões, sensibilizando-a para a necessidade de lutar e preservar a vida na Terra. Contudo, embora menos aparatosas, trazem mais vantagens as reuniões internacionais de especialistas em matéria ambiental, porque esses procuram, ao longo dos seus trabalhos, definir campos de actuação mais concretos para aconselharem os seus Governos a adoptá-los. No entanto, as únicas reuniões internacionais sobre defesa do ambiente que surtem efeitos reais são as que envolvem as entidades **económicas** responsáveis pela degradação da Vida na Terra... e essas são as mais difíceis de sentar à volta da mesa das negociações.

Do ponto de vista das desvantagens, as conferências internacionais são sempre frustrantes, porque não conseguem ser vinculativas e, por conseguinte, ficam sempre aquém do nível de esperanças que nelas se depositam. Por outro lado, quanto mais elevado for o patamar de importância em que se colocam os conferencistas, menos resultados práticos imediatos se conseguem, sendo esta afirmação mais correcta se os conferencistas forem essencialmente políticos e menos correcta se eles forem especialistas em matérias ambientais. Ainda representa desvantagem as reuniões que se fazem entre especialistas de questões ambientais cujo nível de importância é intermédio, porque, sendo aquelas em que mais facilmente se chega a acordo entre os intervenientes, são, também, aquelas que têm menor audição política nos res-

pectivos países, não trazendo, por conseguinte, vantagens práticas efectivas e imediatas. E deve notar-se que, neste tipo de assunto, cada dia que se perde na adopção de medidas de combate à destruição do ambiente da Terra pode representar anos — às vezes centenas — que se desperdiçam na reconstrução dos danos causados.

Embora o panorama que acabamos de traçar não pareça muito positivo, a verdade é que, no estado de destruição do ambiente a que se chegou, tudo, por pouco que seja, que se faça em defesa da Vida da e na Terra é já muito, porque muito longe foi já a destruição efectuada nas últimas quatro ou cinco dezenas de anos passadas.

V. Esboço de uma Estratégia

De tudo o que temos vindo a dizer ao longo deste inventário, bastante sumário, de problemas sociais, pode tentar esboçar-se uma estratégia para o comportamento de todos e de cada um de nós, como elementos activos que somos no processo em causa.

Na verdade, depois da queda do mundo comunista, o capitalismo deixou de ter qualquer oponente credível na cena internacional e esse facto parece ter sido interpretado pelos grandes interesses económicos como o indicador que faltava da justiça e correcção do sistema de economia de mercado, motivando, daí em diante, um comportamento imperial e avassalador. Parece, hoje em dia, que não há limites de nenhuma espécie ao desenvolvimento capitalista que já sonha com a criação de um mercado mundial, dominando todas as iniciativas e sujeitando todos os interesses aos interesses da alta finança dominadora dos sectores produtivos internacionais.

Os próprios partidos socialistas, adeptos da social-democracia e da intervenção correctora do Estado na justiça social, parece terem-se rendido ao liberalismo económico e ter abandonado os ideais que antes os norteavam — toda a busca da chamada *terceira via* — aponta exactamente para esta falência ideológica.

Em face do quadro muito resumido que acabamos de traçar, parece, só se perfilar como possível uma estratégia de oposição aos grandes interesses do capitalismo adversários de uma vida socialmente menos agressiva e menos *perigosa*. Essa estratégia passa pela necessidade de consciencializar a opinião pública mundial contra os malefícios que o desenvolvimento a qualquer preço provoca.

Para que um tal objectivo seja viável é necessário começar a exigir — e a criar — mecanismos de exercício da democracia de base, seja para tomar pequenas ou grandes decisões. Só o envolvimento de todos os cidadãos na resolução concreta de problemas que os afectam é que pode gerar uma opinião pública capaz de se opor aos poderes políticos. E, cada vez mais, é necessário que essa opinião pública abandone os velhos e estafados modelos políticos herdados do século XIX, para se definir, **sem opção política**, pela **opção da sobrevi-**

vência do planeta Terra dentro de quadros sociais de harmonia, de bem-estar possível, de saúde e conforto, sem agressão à própria Vida.

BIBLIOGRAFIA

A presente bibliografia pretende dar várias hipóteses de escolha aos leitores, por isso, não é exaustiva nem limitada ao essencial.

AA. VV. — *Conservação da Natureza. Vol. I — Essencial do Ambiente*, Forum Ambiente

AA.VV — *Ecologia e Ideologia*, Livros e Leituras.

Araújo, Joaquin — *XXI: Siglo de la Ecología*, Espasa-Calpe, 1996.

Beaud, Michel — *Estado do Ambiente no Mundo*, Instituto Piaget.

Carrilho, Maria — *Defesa e Segurança na Opinião Pública Portuguesa*, Lisboa, Bertrand/Instituto Defesa Nacional, 1995.

Dadoun, Roger — *A Violência*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

Dron, Dominique — *Ambiente e Escolhas Políticas*, Instituto Piaget, 1998.

Eisenstadt, S. N. — *Fundamentalismo e Modernidade. Heterodoxias, utopismo e jacobinismo na construção*, Celta, 1997.

Faucheux, Sylvie — *Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente*, Instituto Piaget, 1998.

Fisher, Gustave-Nicolas — *A Dinâmica Social. Violência, Poder, Mudança*, Lisboa, Planeta Editora, 1995.

Gala, Antonio — *Pobreza, desarrollo y medio ambiente*, Deriva Editorial.

Giddens, Anthony — *Para uma terceira via*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Hagerty, Devin T. — *The Consequences of Nuclear Proliferation*, The Mit Press, 1998.

Chazal, Jean — *Delinquência juvenil. Como combatê-la?*, Edições ITAU, 1981.

Kopp, Pierre — *A economia da droga*, Livros do Brasil, 1997.

Lara, Sousa — *Fundamentalismo: Ideologia contemporânea*, Lisboa, Universidade Moderna.

Lopes, Domingos — *Com Alá ou com Satã o fundamentalismo em questão*, Porto, Campo das Letras, 1997.

Mongin, Olivier — *A violência das imagens ou como eliminá-las?*, Bizâncio, 1998.

Moncomble, Yann — *O poder da droga na política mundial. Um dossier explosivo*, Hugin Editores, 1997.

Monzón, Cándido — *Opinión Pública, Comunicación y Política. La Formación del espacio público*, 1996.

- Mouvier, G  ar — *A polui  o atmosférica*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- Otero-López, José Manuel — *Droga y delincuencia. Un acercamiento a la realidad*, Piramide, 1996.
- Ramonet, Ignacio — *Geopol  tica do Caos*, 3.ª ed., Petr  polis, Editora Vozes, 1999.
- Sauvy, Alfred — *A Opinião Pública*, São Paulo, Difus  o Europeia do Livro, 2.ª ed., 1966.
- Smith, Denis — *As empresas e o ambiente. Implica  es do novo ambientalismo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- Soros, George — *A Crise do Capitalismo Global a Sociedade Aberta Ameaçada*, Temas e Debates, 1998.
- Soromenho-Marques, Viriato — *O Futuro frágil. Os desafios da crise global do ambiente*, Publica  es Europa-América, 1998.
- Tamames, Ramón — *Crítica dos limites do crescimento. Ecologia e Desenvolvimento*, Publica  es Dom Quixote, 1984.
- Vale, Carlos — *Polui  o do meio marinho Monografias*, Lisboa, Expo98, 1998.